

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCSO

LUAN VIANA DAMAZIO

BONAPARTISMO: UM CONCEITO PARA PENSAR O BRASIL

JUIZ DE FORA
2023

Luan Viana Damazio

Bonapartismo: um conceito para pensar o Brasil

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Christiane Jalles de Paula
Co-orientador: Leonardo da Silva Andrada

Juiz de Fora
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Viana Damazio, Luan.

Bonapartismo: um conceito para pensar o Brasil / Luan Viana Damazio. -- 2023.
88 f.

Orientadora: Christiane Jalles de Paula

Coorientador: Leonardo da Silva Andrada

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.

1. Bonapartismo. 2. Marxismo. 3. Capitalismo. I. Jalles de Paula, Christiane, orient. II. da Silva Andrada, Leonardo, coorient. III. Título.

Luan Viana Damazio

Bonapartismo: um conceito para pensar o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 18 de Setembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Christiane Jalles de Paula - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Leonardo da Silva Andrada - Coorientador(a)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Jorge Gomes de Souza Chaloub

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Dulce Chaves Pandolfi

Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai – sempre e antes de tudo – pela felicidade que a nossa vida juntos me proporcionou. Caso exista algum mérito em algo que eu faça, ele é quem merece os créditos.

À minha mãe, pela amizade, apoio e entendimento.

Ao Raul, meu filho, pela companhia e por ter se acostumado a dormir cedo, me permitindo terminar a dissertação.

À Duda, mãe do Raul, pois embora não estejamos mais juntos, seu apoio à época foi importantíssimo para que eu pudesse ingressar no mestrado.

Ao Ney, dono de uma antiga locadora no quarteirão onde fui criado, que foi fundamental na minha formação política, social e humana. Além das indicações de filmes e conversas que tínhamos no balcão, foi por seu intermédio que comecei a militar em 2011 no PCB, partido que permaneço desde então.

Aos amigos Cosenza e Valdir, ambos adquiridos na militância em Teresópolis e que permanecem até hoje contribuindo para minha formação. Ao último, especialmente, pela generosidade e carinho que possui comigo.

À minha orientadora, Chris, que com suas leituras e observações atentas foi capaz de colocar meus pés no chão sempre que possível, além de me fornecer todo apoio e carinho.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Dulce Pandolfi e Jorge Chaloub, que foram fundamentais para que eu pudesse encontrar o rumo da pesquisa. Ao último também agradeço pelas aulas e conversas na graduação.

Ao coorientador, amigo e camarada, Leo Andrada, pela aula de Teorias da Democracia, no começo da minha graduação, onde li pela primeira vez Losurdo. Naquela época não imaginava que tal leitura guiaria meus estudos posteriores. Além disso, a sempre constante ajuda desde o início do mestrado e na vida afora foram e têm sido imprescindíveis. Sem dúvidas, uma das maiores contribuições da universidade para minha vida.

Por fim, lembro do entusiasmo após sair o resultado do mestrado e o ânimo ao começarem as aulas. Rapidamente foi tudo por água abaixo com a pandemia. Durante esse período até aqui muita coisa na minha vida mudou. Espero agora, neste fim, reencontrar o entusiasmo e o ânimo que perdi durante o caminho.

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. Assim, Lutero se disfarçou de apóstolo Paulo, a revolução de 1789-1814 se travestiu ora de República Romana ora de cesarismo romano e a revolução de 1848 não descobriu nada melhor para fazer do que parodiar, de um lado, o ano de 1789 e, de outro, a tradição revolucionária de 1793-95. Do mesmo modo, uma pessoa que acabou de aprender uma língua nova costuma retraduzi-la o tempo todo para a sua língua materna; ela, porém, só conseguirá apropriar-se do espírito da nova língua e só será capaz de expressar-se livremente com a ajuda dela quando passar a se mover em seu âmbito sem reminiscências do passado e quando, em seu uso, esquecer a sua língua nativa (MARX, 2011, p. 25-6).

VI. Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1987, p. 222-232)

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar a pertinência do conceito de bonapartismo para compreender a realidade brasileira, especificamente o período de 1930 a 1964. A partir do texto clássico de Marx sobre o 18 de Brumário, passando pelas contribuições de marxistas como Trotsky, Gramsci, Poulantzas e Losurdo, analisam-se os autores brasileiros que se utilizaram de tais contribuições para caracterizar o processo de modernização brasileiro à luz do conceito de bonapartismo, bem como suas afinidades e distanciamentos com o conceito de populismo. Por fim, são apresentadas perspectivas que defendem a ditadura inaugurada em 1964 como uma manifestação do bonapartismo, assim como concepções contrárias.

Palavras-chave: bonapartismo; marxismo; capitalismo.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the pertinence of the concept of Bonapartism to understand the Brazilian reality, particularly the period from 1930 to 1964. Starting from Marx's classic text on the 18th Brumaire, passing through the contributions of Marxists such as Trotsky, Gramsci, Poulantzas, and Losurdo, we analyze the Brazilian authors who used such contributions to characterize the Brazilian modernization process in the light of the concept of Bonapartism, as well as their affinities and distances with the concept of populism. Finally, perspectives are presented that defend the dictatorship inaugurated in 1964 as a manifestation of Bonapartism, as well as contrary conceptions.

Keywords: bonapartism; Marxism; capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1. BONAPARTISMO.....	8
1.2. Leon Trotsky – Bonapartismo sui generis.....	15
1.2. Antonio Gramsci – Crise de Hegemonia.....	18
1.3. Nicos Poulantzas – Autonomia Relativa do Estado.....	21
1.4. Domenico Losurdo – Bonapartismo como forma por excelência da dominação burguesa.....	24
1.5. Breves comentários.....	29
CAPÍTULO 2. O BONAPARTISMO NO BRASIL (1930-1964).....	33
2.1. Populismo.....	38
2.1.2. Críticas ao populismo.....	51
2.2. Bonapartismo brasileiro.....	55
2.2.1. Gramsci e Trotsky – o longo bonapartismo brasileiro.....	55
CAPÍTULO 3. DITADURA E BONAPARTISMO.....	62
3.1. 1964: A Conquista do Estado pelo “bloco multinacional e associado”.....	64
3.2. O bonapartismo que “não chegou a se transformar em realidade”.....	67
3.2. Autocracia em tempos de paz, bonapartismo em tempos de guerra.....	72
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
5. REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

Embora o trabalho em questão trate, essencialmente, de parte do Brasil do século XX, não indo além do que o período da ditadura do pós-64, é nos acontecimentos mais recentes da história política brasileira que se encontra a justificativa que nos animou na pesquisa e a buscar respostas, mesmo que indiretamente, para o processo que culminou na ascensão da extrema direita ao poder em 2018.

O passado, principalmente para quem busca atuar no presente, não é apenas uma série de eventos embalsamados, um artigo de museu. Pelo contrário, o passado está vivo e é constantemente manipulado pelo presente. Quando Jair Bolsonaro, ainda então deputado, dedicou o seu voto ao torturador de Dilma Rousseff, na votação do seu impeachment, e tornou-se, dois anos depois, presidente, não restou dúvidas que os mortos e desaparecidos da ditadura permaneciam enterrados ante a vividez das forças que a impuseram por 21 anos no Brasil.

A partir disso, num primeiro momento, a ideia era estudar o período da abertura política do pós-64, mais precisamente de 1974 a 1985, no intuito de investigar como havia sido o processo de saída da ditadura para a “democracia”, principalmente levando em conta que anos depois os militares voltariam enquanto base e agentes fundamentais do governo Bolsonaro. Animado pela leitura de *Democracia e Bonapartismo*, de Domenico Losurdo, buscaríamos trabalhar a ideia contida no livro sobre bonapartismo e sua variante *soft* para refletir aquele período.

No entanto, ao nos depararmos com, pelo menos, duas grandes bibliografias, isto é, a da própria ditadura (abertura) e a do bonapartismo, fez-se a opção, principalmente a partir das contribuições da banca de qualificação e dos orientadores, em tratar na dissertação apenas da utilização do conceito de bonapartismo no Brasil, dentro do contexto do marxismo. Sendo melhor deixar para eventuais pesquisas futuras e de maior fôlego, que, inevitavelmente, precisarão da bagagem teórica acumulada nesse trabalho, a pesquisa do período 1974 a 1985.

Vale também destacar as motivações da escolha pelo marxismo como campo de pensamento privilegiado no trabalho em questão. Na minha trajetória o marxismo manifestou-se, antes, ideológica e politicamente, na militância; para, posteriormente, ser incorporado

teoricamente nos estudos acadêmicos. Algo, inclusive, completamente concernente à teoria desenvolvida por Marx (NETTO, 2011, p. 29-31), que possui em seu cerne uma dimensão de indissociabilidade entre a teoria e a prática. E, ao contrário do que comumente se imagina, há, como não poderia deixar de haver, implicações ideopolíticas em toda e qualquer teoria social.

Embora Marx não tenha deixado um arsenal metodológico apriorístico e que pudesse ser utilizado de maneira mecânica a todo e qualquer contexto, sua contribuição para compreensão do modo de produção capitalista – seu principal objeto de estudo – tornou-se incontornável para entendimento de todo e qualquer lugar que tenha sido tocado pela forma mercadoria. E tendo encontrado as leis gerais de seu funcionamento, suas tendências e contratendências, sobretudo a fundamentação da exploração da força de trabalho pelo capital¹, Marx ofereceu aos trabalhadores de todos os países um cabedal para a transformação (radical) da sociedade. Não é à toa que parte considerável dos processos de luta do século XX, protagonizado por setores subalternos, teve influência do pensamento marxista. Tal fato fortalece a pertinência da análise marxista no Brasil, pois sendo capaz, como veremos, de compreender o papel brasileiro dentro do contexto do mercado mundial, bem como sua configuração de classe consequente, aquela poderá também informar aos trabalhadores uma teoria capaz de auxiliar numa inédita revolução pelas mãos dos “de baixo”.

Dessa forma, nosso trabalho dividiu-se em: um primeiro capítulo que trata do bonapartismo na pena de Marx, ao analisar os eventos da metade do século XIX na França, seguido de outros autores marxistas que deram novas contribuições para o conceito, e que foram utilizados posteriormente por autores brasileiros. No segundo capítulo, entraremos nas principais análises do período de 1930-1964, que levaram em conta o conceito de bonapartismo para pensar a realidade brasileira, seja de forma lateral, como é o caso dos teóricos do populismo, seja de forma frontal, como em outros marxistas. Por fim, no terceiro capítulo, chegaremos à ditadura inaugurada com o golpe de 1964, apresentando avaliações de quem a caracterizou como um bonapartismo, além de apresentar contrapontos de autores que discordam de sua utilização naquele contexto. A ideia, portanto, é demonstrar a pertinência de um conceito que, embora tenha sido pouco utilizado no Brasil, tem ganhado, nos últimos anos, principalmente pelos eventos recentes, maior adesão.

¹ MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital.** Boitempo Editorial, 2015.

CAPÍTULO 1. BONAPARTISMO

Quem pretende encontrar nas obras de Marx uma teoria acerca do Estado se decepcionará. Sabe-se que seus escritos direcionados especificamente à política encontram-se dispersos e contemplam mais análises de conjunturas do que teorias propriamente ditas, conforme as encontradas nos volumes (inacabados) d'O Capital sobre o modo de produção capitalista. Tais reflexões ficaram a cargo de autores e militantes marxistas posteriores. No entanto, reconhecer tal fato não significa dizer que não haja contribuições relevantes de Marx sobre o Estado e a política, inclusive que foram devidamente aproveitadas ainda por Engels, mas sobretudo a partir do século XX.

Uma das principais obras a esse respeito é *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852)² onde, em conjunto com *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850* (1850) e *A Guerra Civil na França*³ (1871), Marx realiza uma análise sobre o efervescente período francês: desde a revolução de fevereiro de 1848, até a Comuna de Paris em 1871. A primeira teria destronado a Monarquia de Julho, que governava desde a revolução burguesa de 1830, e era

apenas uma sociedade por ações para explorar a riqueza nacional da França e cujos dividendos eram distribuídos entre ministros, Câmaras, 240 mil eleitores e o seu séquito. Luís Filipe era o diretor dessa sociedade, um Robert Macaire no trono. Num tal sistema, o comércio, a indústria, a agricultura, a navegação, os interesses da burguesia industrial não podiam deixar de estar constantemente ameaçados e de sofrer prejuízos. [...]

Enquanto a aristocracia financeira legislava, ela dirigia a administração do Estado, dispunha de todos os poderes públicos organizados e dominava a opinião pública pelos fatos e pela imprensa; repetia-se em todas as esferas desde a corte ao *Café borgne*, a mesma prostituição, as mesmas despudoradas fraudes, o mesmo desejo ávido de enriquecer não através da produção, mas sim através da sonegação de riqueza alheia já existente; (MARX, 2008, p. 68)

Diante desse cenário descontentavam-se a burguesia industrial, a pequena burguesia e as classes populares e, após duas crises de caráter mundial; “a praga da batata e as más colheitas de 1845 e 1846”, que fizeram eclodir a carestia e com ela conflitos em 1847, bem como “uma crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra” (Ibid., p. 70-1); o descontentamento transformou-se em revolta. A oposição moderada da burguesia republicana foi surpreendida, bem como o governo, com as ações radicalizadas do proletariado frente a proibição dos banquetes

² MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

³ Trilogia também publicada In: **A Revolução Antes da Revolução**. Volume II. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

pela reforma eleitoral. O enfrentamento público dos manifestantes com a guarda palaciana, que deixou diversos mortos e feridos, no dia 23 de fevereiro, foi o estopim que faltava para generalizar-se a revolta.

E assim começou a tomar forma a ascensão proletária, fato que mudou drasticamente os rumos não só da França, mas de toda a história política desde então. Nesse sentido, justifica-se um breve resumo dos acontecimentos daquele período a partir da análise de Marx, justamente porque ao entendê-lo, conseguiremos compreender a opção pela saída bonapartista, bem como o impacto causado sobre a própria teoria política quando se viu diante das massas na política.

Retomando: no dia 24 de fevereiro forma-se um governo provisório que, “na sua composição, [estavam] os diferentes partidos entre os quais se repartia a vitória” (Ibid., p. 72), mas a burguesia mantinha a maioria, bem como era seu o porta-voz do novo governo, enquanto a classe operária possuía apenas dois representantes. Mas essa havia aprendido com a revolução de 1830 e se fez representar nas ruas, exigindo que o governo provisório, que no dia 25 de fevereiro, já havia distribuído os ministérios entre as frações burguesas, proclamasse a república. E assim foi feito (Ibid., p. 73).

Com a proclamação da República com base no sufrágio universal, extinguiu-se até a recordação dos objetivos e motivos limitados que haviam atirado a burguesia para a revolução de fevereiro. Todas as classes da sociedade francesa – em vez de algumas, poucas, frações da burguesia – foram de repente arremessadas para o círculo do poder político, obrigadas a abandonar os camarotes, a plateia e a galeria e a vir representar, em pessoa, no palco revolucionário! (Ibid., 73).

O proletariado, a partir dessa luta, transformou-se em partido autônomo, não mais um coadjuvante; o que “desafiou contra si toda a França burguesa” (Ibid., p. 74). E logo se veriam as consequências do protagonismo proletário, que via-se diante de uma burguesia que buscava arrefecer as consequências e os interesses da classe em ascensão. O que se buscava por parte da classe dominante à época, com a nova república, era apenas compartilhar dos lugares que antes estavam reservados apenas para a aristocracia financeira, mas agora era preciso lidar com a classe operária que também queria sentar à mesa.

Embora o proletariado tivesse conseguido pressionar pela criação do “direito ao trabalho” e das “Oficinas Nacionais”, que visavam garantir trabalho através de capital estatal, garantindo contornos sociais ao governo provisório; a ilusão de que de tal conformação poderia sair de fato os interesses proletários, foi logo destruída com as eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 4 de maio; já que a força operária não estava devidamente

organizada e a burguesia conseguiu o apoio da pequena burguesia e do camponeses. O proletariado tentou, em vão, dissolver a Assembleia no dia 15 do mesmo mês, mas foram dispersos pela Guarda Nacional.

Era preciso retirar as marcas provocadas pelo proletariado na revolução de fevereiro, o que foi conseguido pela burguesia através da Assembleia Nacional Constituinte. O golpe de misericórdia foi dado por essa, através da sua Comissão Executiva, nas oficinas nacionais, tendo por gota d'água a decisão, no dia 21 de junho, “que ordenava a expulsão violenta das oficinas nacionais de todos os operários solteiros ou a sua incorporação no exército” (Ibid., 91). No dia seguinte o proletariado já inundava as ruas de Paris, mantendo-se durante cinco dias numa luta sangrenta, até a sua derrota pelas mãos do exército comandado pelo General Cavaignac. Nesse momento a contradição de classe pôs-se sem véus e com o sangue derramado do proletariado nasceu, enfim, a república burguesa propriamente dita.

O domínio exclusivo dos republicanos burgueses, entre 24 de junho e 10 de dezembro de 1848, teve como principais realizações a elaboração da constituição republicana e a proclamação do estado de sítio em Paris. Entre outras medidas que denotavam seu caráter burguês, rejeitou o imposto sobre o capital (hipotecas) que o Governo Provisório havia aprovado, revogou a lei que limitava a jornada de trabalho a 10 horas, restabeleceu a prisão por dívidas, impediu os analfabetos (grande parte da população da França) de participar de júris, reimplantou a fiança em dinheiro como condição para existência dos periódicos, restringiu o direito de associação – abriam-se de par em par as portas que levariam ao fim do sufrágio universal (Assunção, 2005, p. 75).

Após o massacre em junho ocorreram as eleições e, para surpresa de muitos, Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, venceu concorrendo contra Cavaignac. É justamente essa vitória que é analisada por Marx no *18 de Brumário*; de uma forma onde fica clara a sua teoria de compreensão da realidade, que captura os aspectos estruturais e subjetivos, dentro de determinado momento histórico. É nele também que está contida uma das suas frases mais conhecidas, onde Marx sintetiza seu materialismo histórico e dialético

Os homens fazem a sua própria história; mas não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011, p. 25).

E assim, Marx busca deixar nítido os elementos que estavam obscuros para a França, perplexa com a vitória do Napoleão sobrinho. Um dos elementos apontados é a “contradição insuportável”, causada pela nova Constituição, entre a Assembleia Nacional, que possuiria o poder moral – irrealizável, pois constituído através de parágrafos legais – e o presidente, que

possuiria o poder de fato. Esse ratificado pelo voto de todo povo francês, em contraposição à fragmentação dos votos para os 750 membros da Assembleia Nacional (Ibid., p. 44-5).

E foi dessa forma que Luís Napoleão ascendeu ao poder, legitimado pela maioria dos votos e tendo apoio massivo dos camponeses que viam nele a figura do tio, além dos votos de parte do proletariado que buscava derrotar Cavaignac, bem como de setores burgueses com vernizes monarquistas. Composta a Assembleia Nacional, após dissolução da Assembleia Constituinte e diante da composição burguesa, com aspirações monarquistas em torno de Bonaparte e do Partido da Ordem, forma-se a oposição a partir da coligação (“social-democrata”) entre pequena-burguesia, que considerava que seus interesses foram preteridos após as jornadas de junho e visava garanti-los frente aos perigos da contra-revolução, e o proletariado, que com essa aliança arrefecer seu caráter socialista, contentando-se a reivindicar “instituições republicanas democráticas [...] como meio de atunar a[s] sua[s] contradiç[ões] e transformá-la[s] em harmonia” (Ibid., p. 63). O proletariado, nesse caso, atuaria dentro dos limites históricos da pequena-burguesia.

Com o intuito de acabar com a força de tal coligação, o Partido da Ordem atrai-os para as ruas, a isca para tal armadilha foi bombardear Roma com as tropas francesas, violando a Constituição. No dia 12 de junho de 1849, o pedido de impeachment contra Bonaparte foi negado e os partidários da Montanha (membros da coligação social-democrata) abandonaram o Parlamento e foram às ruas desarmados no dia seguinte, sendo devidamente repelidos pela Guarda Nacional. Levando com que alguns fugissem para o exterior, outros fossem mandados para a Alta Corte em Bourges e o restante acabou submetido à uma regulamentação parlamentar para serem supervisionados (Ibid., 65).

No dia 13 de junho, o Partido da Ordem não só fez a Montanha desmoronar, mas conseguiu aprovar a *subordinação da Constituição às decisões majoritárias da Assembleia nacional*. E foi assim mesmo que ela entendeu a república: a burguesia deveria governar de forma parlamentarista, sem ser limitada, como na monarquia, pelo veto do Poder Executivo ou pela dissolubilidade do Parlamento. [...] Porém ao assegurar sua onipotência dentro do prédio do Parlamento no dia 13 de junho, a burguesia não infringiu ao próprio Parlamento, diante do Poder Executivo e do povo, uma debilidade irremediável, ao expulsar dele o seu segmento mais popular? Ao entregar numerosos deputados sem maiores cerimônias às demandas dos *parketts* [tribunais], ela aboliu a sua própria imunidade parlamentar (Ibid., p. 69, grifos do autor).

Retirados os empecilhos de cena, pôde a burguesia governar absoluta, no entanto, ficava cada vez mais nítido que as “armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser

apontadas contra ela própria” (Ibid., p. 80). E a resposta para qualquer que fosse a discussão era o rótulo de “*socialismo!*”. O próprio regime parlamentarista atrapalhava o sono tranquilo da burguesia com seus constantes debates, que reverberam para além dos seus salões.

Assim sendo, ao tachar de heresia “*socialista*” aquilo que antes enaltecera como “*liberal*”, a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de *governar a si própria*; que, para estabelecer a tranquilidade do país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses deveria ser silenciado, que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes; que, para salvar a sua bolsa, a coroa deveria ser arrancada de sua cabeça e a espada destinada a protegê-la deveria ser pendurada sobre sua própria cabeça como a espada de Dâmocles (Ibid., p. 82-3, grifos do autor).

As eleições complementares de 10 de março de 1850 fizeram com que houvesse uma trégua entre a relação conflituosa de Bonaparte com o Partido da Ordem, acentuada após o primeiro ter retirado um representante desse do ministério, o que significou perder, “para nunca mais reconquistar, um posto indispensável à afirmação do regime parlamentarista, a saber, o controle do Poder Executivo” (Ibid., 83). Com o intuito de preencher os cargos vagos após o 13 de junho, as eleições complementares elegeram, em Paris, apenas representantes da social-democracia. Como reação a esse retorno, no dia 31 de maio foi aprovada uma nova lei eleitoral, que abolia o sufrágio universal. Tal lei foi aprovada sem a resistência necessária por parte dos setores democratas, que “tudo fizeram para demo[ver] a [população de Paris] da luta real” (Ibid., p. 85). Retirados novamente de cena, a oposição retornava-se entre Bonaparte e a Assembleia Nacional.

Preparando-se cada vez mais para o confronto, Bonaparte criou uma espécie de exército particular, denominado de *Sociedade 10 de Dezembro*, apresentada enquanto uma sociedade beneficente e que reunia (cerca de 10 mil) o lumpemproletariado francês, isto é, os párias. E era com essa plateia e produção que Bonaparte ensaiava seu papel de Imperador. No início dos anos 1851 Bonaparte enfraqueceria ainda mais o Partido da Ordem ao depor, sem a devida resistência, o comandante do Exército e da Guarda Nacional de Paris, Changarnier. Marx aponta que “sem ministério, sem exército, sem povo, sem opinião pública”, sem representação, etc, “a Assembleia Nacional [...] era forçad[a] a deixar a ação a cargo do governo e contentar-se com protestos resmungados *post festum*” (Ibid., p. 105).

Como se não bastasse, o Partido da Ordem aprofunda-se em cisões e discussões,

principalmente sobre a revisão ou não da Constituição, que poderia influir diretamente na reeleição de Bonaparte. E cada vez mais certos setores burgueses, como é o caso da aristocracia financeira, representada junto a Bonaparte a partir de um ministério, repreendia a atuação dos seus “próprios” parlamentares. Citando o *Economist* de 29 de novembro de 1851, Marx reproduz: “Em todas as bolsas de valores da Europa, o presidente [Bonaparte] passou a ser reconhecido como sentinela da ordem”. Dessa forma, crescia ainda mais a separação entre a representação política burguesa, presente no Parlamento, com seus interesses econômicos. Esses que buscavam a tranquilidade para a manutenção do *status quo*, mas que estava sendo constantemente perturbada pelas discussões da Assembleia Nacional. Sintetizando o clima que antecedeu o golpe, Marx descreve

Imaginemos agora como, no meio desse pânico comercial, o cérebro do burguês francês, já abalado pelo comércio, é torturado, azoado, atordoado por rumores sobre o golpes de Estado e sobre reintrodução do sufrágio universal, sobre o embate entre Parlamento e Poder Executivo, sobre a guerra frondista dos orleanistas e legitimistas, sobre conspirações comunistas no sul da França, sobre supostas *jacqueries* [levantes camponeses] nos *départements* de Nièvre e Cher, sobre as propagandas dos diferentes candidatos à presidência, sobre as manchetes espalhafatosas dos jornais, sobre as ameaças dos republicanos propondo-se a defender a Constituição e o sufrágio universal de armas na mão[...]. Em vista disso, é muito compreensível que, em meio a essa indescritível e ruidosa coalizão, emigração, usurpação e revolução, Constituição, conspiração, coalizão, emigração, usurpação, revolução, o burguês tenha esbravejando furioso na direção de sua república parlamentar: “*Antes um fim com terror do que um terror sem fim!*” (Ibid., p. 128).

Bonaparte sobrinho atendeu aos pedidos e entrou em cena encenando a peça que há muito ensaiava. Comparando com Cromwell e Napoleão, Marx aponta que o salvador da burguesia francesa do pós-1848 não teria se inspirado “nos anais da história mundial, mas nos anais da Sociedade 10 de Dezembro, nos anais da jurisprudência criminal” (Ibid., p. 133). E assim agiu, fazendo jus enquanto representante do *lumpen*,

roubou 25 milhões de francos do banco da França, comprou o general Magnan com 1 milhão e os soldados, um por um, com 15 francos e cachaça, encontrou-se secretamente com os seus comparsas como um ladrão durante a noite, mandou invadir a casa dos líderes mais perigosos do Parlamento e sequestrar Cavaignac, Lamorcière, Le Flô, Changarnier, Charras, Thiers, Baze etc. enquanto dormiam, ordenou que as tropas ocupassem os pontos-chave de Paris, bem como o prédio do Parlamento, e logo pela manhã mandou afixar cartazes vistosos em todos os muros, anunciando a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, a restauração do sufrágio universal e a decretação do estado de sítio no *département* de Seine. Pouco depois, inseriu um documento falso no *Moniteur* segundo o qual nomes influentes do Parlamento teriam se agrupado em torno dele numa consulta oficial (Ibid., p. 133).

E com o golpe de Estado de Bonaparte sobrinho é que o “Estado se tornou completamente independente” (Ibid., p. 141). E ainda assim, tal “poder estatal não paira[va] no ar. Bonaparte representa[va] [...] a classe mais numerosa da sociedade francesa: os *camponeses parceleiros*” (Ibid., p. 142, grifos do autor). Ao analisá-la, Marx demonstrará um tema caro dentro do da análise marxiana e, posteriormente, marxista, que é sobre a classe “em si” e a classe “para si”. Os camponeses parceleiros serão descritos enquanto “uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si” (Ibid., p. 142). São grupos de famílias isoladas, sem comunicação entre si; o que, dessa forma, impede a divisão de trabalho e aplicação da ciência. A partir disso que sairá a famosa analogia de Marx sobre os camponeses parcelares, que seriam “a grande massa da nação francesa” e que “se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas” (Ibid., 142). Por essa grande massa se organizar economicamente da mesma forma, o que, logo, a faz se diferenciar e se contrapor a outras classes, significa que há a formação de uma classe – classe “em si”. No entanto, por esse vínculo não ultrapassar as fronteiras locais, não gerando “nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma” (Ibid., p. 143) – classe “para si”. Sem as condições de serem representados por si mesmos, precisam ser representados. E o “seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito”, os protegendo das demais classes (Ibid., p. 143). Claro que a retórica de proteção de Bonaparte sobrinho para com os camponeses, enquanto continuador de seu tio, não passa de fraseologia, já que é justamente a sociedade burguesa em que ele sai em defesa, que os coloca na condição de pauperização.

E assim encontrar-se-iam os principais elementos do que se constituirá no conceito de bonapartismo; uma burguesia que, após estar diante da ascensão proletária enquanto a nova classe revolucionária (“para si”) e não conseguir apaziguar politicamente seus conflitos internos, entre e intra-classes, vê-se na posição de abdicar de seu poder político, para não perder sua condição econômica. Dessa forma, o Estado e sua burocracia surgem, na figura de um árbitro, acima das classes; em oposição, por vezes, aos próprios interesses imediatos da burguesia, mas, sem dúvidas, garantindo seus interesses a longo prazo e, sobretudo, moderando os anseios da classe operária.

Além da clássica formulação apresentada por Marx ao analisar o caso francês de meados

do século XIX, diversos foram os marxistas que, posteriormente, se utilizaram de tal conceito para compreender os seus respectivos períodos e movimentos políticos mais diversos. E embora exista o risco de se cometer anacronismos ou transposições indevidas na utilização de conceitos e categorias, principalmente quando elas foram produzidas para compreender e explicar contextos e conjunturais específicas, nos parece que as empreitadas estabelecidas, tanto no campo da luta política, isto é, daqueles que buscavam compreender determinado período para atuar sobre ele, quanto daqueles que o fizeram no campo acadêmico, foram proveitosas e serviram para férteis debates e teorias. Engels, inclusive, ainda nos anos 60 do século XIX, teria sugerido, em carta ao próprio Marx, após a ascensão de um regime bonapartista na Alemanha que

Assim, Bismarck deu o audaz passo do sufrágio universal, ainda que sem Lassalle, ainda que sem seu Lassalle. Ao que parece, depois de certa resistência o burguês alemão se conformou com isto, pois o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia contemporânea. Cada vez mais fica claro para mim que a burguesia é incapaz de governar diretamente, e por isso ali onde não existe uma oligarquia que em troca de uma boa remuneração (como se faz aqui na Inglaterra) pode-se encarregar de dirigir o Estado e a sociedade no interesse da burguesia, a forma normal é a semiditadura bonapartista. Esta defende os interesses materiais essenciais da burguesia até contra sua própria vontade, mas ao mesmo tempo, não lhe concede acesso ao poder (político). Do outro lado, esta mesma ditadura, por sua vez, se vê obrigada, contra a sua vontade, a fazer seus os interesses materiais da burguesia.” (ENGELS apud DEMIER, p. 84)

Essa citação, retirada da tese de Demier (2012)⁴, fora comentada por este no sentido de considerá-la “sugestiva (porém hiperbólica)” (p. 84), no entanto, nela estão contidos diversos elementos que, como veremos, têm feito parte do debate acerca do bonapartismo – principalmente da sua capacidade de apresentar-se em outros contextos históricos, tornando-se, predominantemente, a forma por excelência da dominação burguesa.

1.2. Leon Trotsky – Bonapartismo *sui generis*

Iniciaremos entre os autores que trataram, após Marx e Engels, sobre o bonapartismo, com Trotsky. Seus escritos, elaborados não por um acadêmico, mas por um homem de ação, encontram-se num contexto do surgimento do fascismo e estão, portanto, atravessados pela tarefa

⁴DEMIER, Felipe Abranches. O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Niterói:[sn], 2012.

de compreender tal fenômeno, o que significava também diferenciá-lo em relação ao bonapartismo, além de, claro, contrapor-se ao entendimento gerado na URSS sob a liderança de Stalin.

Trotsky nos diz⁵ que embora existam diferenças fundamentais entre o fascismo, o bonapartismo e a democracia parlamentar, todos seguem sendo formas de dominação que representam o capital financeiro. No entanto, enquanto nesta última busca-se “*inculcar a los trabajadores la confianza en la pequeña burguesía reformista y pacifista*”, no caso do fascismo, incute-se o ódio na pequena burguesia em relação ao proletariado (TROTSKY, 2023a). E diferencia o “bonapartismo, isto é, o regime da ‘paz civil’ que assenta sobre uma ditadura policial-militar, e o fascismo, isto é, o regime de guerra civil aberta contra o proletariado” (TROTSKY apud ASSUNÇÃO, 2005 p.278)⁶

Numa passagem sintética que busca definir bonapartismo, Trotsky nos diz⁷

Entendemos por bonapartismo el régimen en el cual la clase económicamente dominante, aunque cuenta con los medios necesarios para gobernar con métodos democráticos, se ve obligada a tolerar – para preservar su propiedad – la dominación incontrolada del gobierno por un aparato militar y policial, por un "salvador coronado. Este tipo de situación se crea cuando las contradicciones de clase se vuelven particularmente agudas; el objetivo del bonapartismo es prevenir las explosiones. la sociedad burguesa pasó más de una vez por épocas así; pero eran, por así decirlo, solamente ensayos. La decadencia actual del capitalismo no sólo quitó definitivamente toda base de apoyo a la democracia; también reveló que el viejo bonapartismo resulta totalmente inadecuado; lo ha reemplazado el fascismo. Sin embargo, como puente entre la democracia y el fascismo (en 1917 en Rusia como "puente" entre la democracia y el bolchevismo), aparece un "régimen personal" que se eleva por encima de la democracia y concilia con ambos bandos, mientras, a la vez, protege los intereses de la clase dominante; basta con dar esta definición para que el término bonapartismo resulte totalmente aclarado (TROTSKY, 2023b).

Como podemos notar, o bonapartismo naquele período seria compreendido também enquanto possível intermediário que poderia (ou não) redundar em fascismo. Servir de anteparo, inclusive, para essa última saída é uma das principais funções do bonapartismo enxergadas por Trotsky no período de declínio do imperialismo, o que o diferencia do bonapartismo em sua variante "clássica" (TROTSKY apud ASSUNÇÃO, 2005, p. 281-2).⁸

⁵ TROTSKY, Leon. Bonapartismo y fascismo. Disponível em: <https://ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V108.htm> . Acesso em 23 março. 2023.

⁶ ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de et al. Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo. Doutorado. PUCSP, 2005.

⁷ TROTSKY, Leon. Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo: El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético. Disponível em: <https://ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V203.htm> . Acesso em 23 março. 2023.

⁸ TROTSKY, Leon. Bonapartismo, fascismo y guerra (“Escritos y fragmentos inconclusos”). Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro6/T11V236.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

Enquanto o bonapartismo pode desaguar em fascismo, o contrário também é verdadeiro, pois a chegada do fascismo ao poder e o inevitável cerceamento das massas, através do aparato estatal, conduz a uma perda de apoio social por um lado e por outro há uma maior tendência a se apoiar na burocracia do Estado, levando a uma forma de dominação bonapartista. Trotsky aponta que o bonapartismo de tipo preventivo, “*que refleja el equilibrio extremadamente inestable y breve entre los bandos beligerantes*”, torna-se menos estável se comparado ao bonapartismo de origem fascista, “*que surge de la destrucción, desilusión y desmoralización de ambos sectores de las masas*” (TROTSKY, 2023a).

A definição de bonapartismo apresentada acima também foi considerada por ele capaz de ser utilizada para tratar da URSS sob liderança de Stalin.

¿Qué significa el "régimen personal" de Stalin y cuál es su origen? En última instancia es producto de una aguda lucha de clases entre el proletariado y la burguesía. Con la ayuda de los aparatos burocrático y policial, el poder del "salvador" del pueblo y árbitro de la burocracia como casta dominante se elevó por encima de la democracia *soviética* reduciéndola a una sombra de sí misma. La función objetiva del "salvador" es proteger las nuevas formas de propiedad usurpando las funciones políticas de la clase dominante. ¿Acaso esta *precisa caracterización del régimen socialista* no es a la vez la *definición sociológica científica del bonapartismo*?(TROTSKY, 2023b).

Além disso, após se refugiar no México, Trotsky também ofereceu contribuições sobre os países considerados atrasados e que iniciaram seu processo de industrialização de maneira tardia. Também aqui⁹ o conceito de bonapartismo foi utilizado, porém com especificidades, já que

En los países industrialmente atrasados el capital extranjero juega un rol decisivo. De ahí la relativa debilidad de la burguesía *nacional* en relación al proletariado *nacional*. Esto crea condiciones especiales de poder estatal. El gobierno gira entre el capital extranjero y el nacional, entre la relativamente débil burguesía nacional y el relativamente poderoso proletariado. Esto le da al gobierno un carácter bonapartista de índole particular. Se eleva, por así decirlo, por encima de las clases. En realidad, puede gobernar o bien convirtiéndose en instrumento del capitalismo extranjero y sometiendo al proletariado con las cadenas de una dictadura policial, o maniobrando con el proletariado, llegando incluso a hacerle concesiones, ganando de este modo la posibilidad de disponer de cierta libertad en relación a los capitalistas extranjeros. (TROTSKYd).

Portanto, de acordo com o desenrolar da luta de classes, existiriam duas possibilidades no contexto desses países; utilizar-se das disputas interimperialistas, a fim de aumentar sua parcela de participação na exploração, ao mesmo tempo em que não eram capazes de contraporem-se

⁹ TROTSKY, Leon. La industria nacionalizada y la administración obrera. (Escritos: 1929-1940 - Libro 6: 1939-1940) Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/////trotsky/ceip/escritos/libro6/T10V238.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

definitivamente às forças imperialistas, já que temiam o acordar das massas. Por outro lado, há a perspectiva em que se realizam maiores concessões ao proletariado, inclusive, utilizando-os para ganhar maior autonomia frente às forças imperialistas, denominada de “semibonapartismo democrático ou semidemocrático”, que nesses casos funcionam numa espécie de Frente Popular (TROTSKY apud DEMIER, 2015, p. 179).

Em ambas as configurações do nosso bonapartismo sui generis ocorre a incorporação dos sindicatos ao domínio estatal, servindo a dois principais propósitos, quais sejam, a aproximação dos trabalhadores visando maior capacidade de barganha contra os interesses imperialistas, enquanto os submete ao controle burocrático do Estado (TROTSKY apud DEMIER, 2015, p. 182)¹⁰.

Nota-se que, além da importância dentro do pensamento marxista e do movimento socialista, as contribuições de Trotsky também aparecem aqui pelas análises específicas realizadas em torno da questão da América Latina e do seu bonapartismo próprio, além, é claro, de ter influenciado, como demonstrou Demier, militantes e teóricos brasileiros.

1.2. Antonio Gramsci – Crise de Hegemonia

Como já sinalizamos anteriormente, o conceito de bonapartismo, ainda que faça parte do universo do marxismo, passou e passa por interpretações e definições diversas entre autores dessa linhagem. Gramsci foi um desses pensadores que ofereceu contribuições decisivas, tendo, inclusive, uma importante influência no Brasil. Num dos diversos escritos sob a prisão fascista, nos interessa, principalmente, *O moderno príncipe*¹¹, texto em que, partindo da seminal obra de Maquiavel, Gramsci debate temas e conceitos fundamentais da ciência política.

Para compreender a forma com que Gramsci trabalha com o conceito de bonapartismo, é preciso antes tratar da sua definição de hegemonia, pois será a partir de sua crise que existirá as condições para que aquele surja. Em termos sintéticos, a hegemonia seria a conformação onde determinada classe ou frações de classes seria capaz de universalizar seus próprios interesses como se fossem interesses de todas as classes, principalmente das classes subordinadas, isto é, do proletariado. Uma forma de dominação, portanto, que não apenas lançaria mão dos expedientes

¹⁰ Sobre o sindicalismo especificamente no caso brasileiro recomendo a leitura de BOITO JR. Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo, HUCITEC, 1991.

¹¹ Gramsci, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno** (p. 03-103). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição.

coercitivos, mas os equilibrariam conjuntamente com os expedientes consensuais. Nesse sentido, se faz necessário levar em consideração os interesses dos grupos sob os quais se exerce a hegemonia; “que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativo” (GRAMSCI, 1978, p. 33). Mas Gramsci adverte, pois esses sacrifícios não podem pôr em risco o essencial, quer dizer, não pode tocar “na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Ibid., p. 33).

Pode-se afirmar que a forma hegemônica de dominação, partindo dessa explicação, esteja representada historicamente na democracia burguesa. O elemento consensual possui eficiência na dominação política, como também no aspecto econômico. Em outro importante texto, *Americanismo e Fordismo*¹², Gramsci discutiu a relação, considerada por ele indissociável, entre a racionalização do trabalho e o proibicionismo na América. A nova racionalização da produção e do trabalho a partir de Taylor e Ford demandava e constituía “um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida” (Ibid. p. 396), sendo assim, fazia-se necessário controlar e moldar os costumes e a moralidade do trabalhador fora da fábrica. No contexto fordista, a alta remuneração é que seria capaz de selecionar o trabalhador apto para essa forma de regime de trabalho, além de manter sua estabilidade; pois, sendo parte, engrenagem de uma máquina, entendida assim o trabalhador coletivo, era importante evitar sua troca. Por outro lado, os altos salários poderiam proporcionar abusos com álcool e práticas sexuais disfuncionais para o tipo de trabalho requerido por esse novo tipo de processo de trabalho, daí a necessidade de inculcar uma “racionalidade industrial”, isto é, controlar seus estímulos e desejos contraproducentes. Para o álcool, o proibicionismo; para o sexo, a monogamia. Nota-se a importância da combinação dos elementos consensuais e coercitivos para a constituição tanto da dominação hegemônica, quanto da dominação econômica, no âmbito da fábrica.

Retornando ao aspecto político, é justamente quando há uma dissonância entre os tradicionais meios de representação, principalmente na forma de partido, e as classes e suas respectivas frações que ocorre a denominada crise hegemonia, isto é, a classe ou fração que antes dirigia de forma hegemônica o conjunto das classes, por algum motivo, deixa de fazê-lo. Dentro desse cenário os arsenais que cada classe ou fração possuem definirão movimentações em graus e ritmos diferentes entre elas. Normalmente as classes dominantes possuem maior capacidade de manejar tal crise e, dependendo do contexto,

¹² Ibid. p. 375-415

Talvez faça sacrifícios, exponha-se a um futuro sombrio com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e serve-se dele para esmagar o adversário e desbaratar os seus dirigentes, que não podem ser muitos e adequadamente preparados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido único, que representa melhor e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se o seu ritmo for muito rápido e fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal (Ibid., p. 55).

No entanto, existem as crises que tais saídas não se tornam possíveis, nessas há o que Gramsci chama de um “equilíbrio catastrófico”, casos em que as classes em disputa “equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar à destruição recíproca” (Ibid., p. 63). Nesse cenário, onde a dominação hegemônica não se encontra como possibilidade, é o bonapartismo/cesarismo¹³ que entra em cena; normalmente através de uma figura que assume papel de árbitro e que possui, segundo Gramsci, de acordo com o contexto, uma perspectiva progressista ou reacionária.

O cesarismo progressista é quando a sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, mesmo com certos compromissos e medidas que limitam a vitória; é reacionário quando sua intervenção ajuda a força reacionária a triunfar, também neste caso com determinados compromissos e limitações que tem um valor, um alcance e um significado diversos, opostos aos do caso precedente. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck de cesarismo reacionário (Ibid., p. 63-4).

É de se salientar que na sua concepção o conceito de cesarismo não é uma fórmula encerrada em si mesma ou apriorística, mas que é capaz de possuir características diversas de acordo com o contexto histórico. Nessa leitura, sequer é imprescindível que haja uma figura central, encarnada num “César”, havendo, portando, gradações de cesarismos. Gramsci cita alguns exemplos, como o governo de MacDonald no Reino Unido e o caso da Itália nos anos 20, que, segundo ele, teria sido “um movimento histórico-político em que diversas gradações de cesarismo se sucederam até uma forma mais pura e permanente” (Ibid., 64).

Gramsci também aponta que os governos de coalizão seriam estágios iniciais de cesarismo, podendo ou não se desenvolverem para estágios mais avançados. Essa é uma das razões, inclusive, das diferenças encontradas entre o cesarismo do pós-1848, pois a partir desse momento as “grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário” dificultam os golpes que se baseavam tão somente no uso da força militar, como cita o caso de Napoleão III (Ibid., p. 64).

¹³ Gramsci utiliza-se do conceito de cesarismo enquanto sinônimo de bonapartismo.

A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo, sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificaram na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para tutelar o domínio político e econômico das classes dirigentes. Neste sentido, inteiros partidos “políticos” e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, e de caráter investigativo e preventivo (Ibid., p. 64).

Outra diferença é que no mundo moderno esses equilíbrios catastróficos apresentam-se não entre classes e grupos que poderiam eventualmente se fundirem, pelo contrário, são “forças cujo contraste é insanável historicamente” (Ibid., p. 66). Ainda assim, as análises não podem centrar-se somente nessas forças, no caso, nas classes “fundamentais”, sendo preciso também analisar “as forças auxiliares guiadas ou submetidas à influência hegemônica” (Ibid., p. 67).

Mais uma vez tratando das diferenças entre os tipos de cesarismo e suas funções nos seus respectivos contextos históricos, Gramsci considera que o de César e de Napoleão I teria tido um aspecto “quantitativo-qualitativo”, pois realizaram historicamente o período de passagem de um tipo de Estado a outro; já no caso de Napoleão III, haveria apenas o aspecto quantitativo, pois mantinha-se o tipo de Estado, embora o “aprofunde-se” (Ibid., p. 66).

1.3. Nicos Poulantzas – Autonomia Relativa do Estado

Outro importante marxista que ofereceu sua contribuição sobre o conceito de bonapartismo foi Nicos Poulantzas. No seu clássico *Poder Político e Classes Sociais*¹⁴ (2019), ao dizer que existem duas formas possíveis de se tratar o bonapartismo, a primeira enquanto a experiência específica da histórica francesa e a segunda enquanto uma forma característica da constituição do Estado no capitalismo. E sobre essa última um dos fatores mais relevantes é a autonomia relativa do Estado diante das classes e frações, considerada por Poulantzas a forma com que Marx e Engels trabalham o conceito (POULANTZAS, 2019, p. 266).

E debatendo sobre essa questão, também com Gramsci, Poulantzas aponta que

¹⁴ POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. 1. ed. Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro e Danilo Enrico Martuscelli. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

essa autonomia, *inscrita como possibilidade no jogo institucional do Estado capitalista e cujas variações e modalidades de realização dependem da conjuntura concreta das forças sociais*, nem pode ser reduzida ao esquema geral de equilíbrio dessas forças, nem àquele, catastrófico, que subtende o fenômeno particular do cesarismo (grifos originais, *Ibidem*, p. 268)

Continua Poulantzas

por que essa *relação*, ou seja, a unidade própria do poder institucionalizado como poder unívoco dessas classes, pode se estabelecer apenas a partir de uma autonomia relativa do Estado capitalista a respeito delas, autonomia cujas chaves o bonapartismo-religião da burguesia nos entrega? (*Ibidem*, p. 292)

E logo em seguida responde

Marx e Engels dão-nos a resposta: a classe burguesa, por sua constituição e seu lugar na luta de classes, parece, salvo em casos excepcionais, incapaz de elevar-se, por seus próprios *partidos políticos*, ao nível hegemônico de organização. Marx falará com frequência de “essa burguesia que, a cada instante, sacrificava seu próprio interesse geral de classe, seu interesse político, a seus interesses particulares mais tanhos, mais sujos”, dessa burguesia “que provava que a luta para a defesa de seus interesses públicos, de seus próprios interesses de classe, de seu poder político, não conseguia senão indispor-la e importuná-la como se atrapalhasse seus negócios privados” (grifos originais, *Ibidem*, p. 292)

A incapacidade da burguesia teria fontes endógenas e exógenas, isto é, viria tanto das dificuldades a partir de suas lutas fratricidas, entre suas diversas frações, como também diante da classe operária, visto sua incapacidade em dominá-la hegemonicamente (*Idem*). Daí reside o papel primordial do Estado – assumir o caráter hegemônico perante às classes, a partir da sua relativa autonomia frente a essas e com o objetivo de assegurar, não só momentaneamente, mas prioritariamente a longo prazo, os interesses das classes dominantes; mesmo que isso signifique, por vezes, se colocar contra os interesses imediatos de determinadas frações e, até mesmo, apoiar-se sobre setores das classes dominadas contra as classes dominantes, ainda que o faça beneficiando, ao fim e ao cabo, essas últimas (*Ibidem*, p. 193).

Um dos fatores que ajuda a compreender e explicar o processo de autonomia relativa do Estado enquanto fator característico do modo de produção capitalista é o que Poulantzas considera enquanto efeito de isolamento. Tal conceito trata do engendramento, pelas estruturas jurídicas e ideológicas sobre os sujeitos, da ocultação de “suas relações econômicas como relações de classe” (*Idem*, p. 130). Um dos sinônimos desse efeito seria a concorrência estabelecida entre os próprios proletários e, também, entre os próprios capitalistas; já que as relações capitalistas de produção seriam compreendidas, portanto, numa concepção ideológica, enquanto “relações de troca, no mercado, de indivíduos-agentes da produção” (*Ibidem*, p. 131).

Assim, esse Estado apresenta-se constantemente como a *unidade* propriamente política de uma luta econômica que manifesta, em sua natureza, esse isolamento. Ele se apresenta como representativo do “interesse geral” de interesses econômicos concorrentes e divergentes que ocultam aos agentes, tais como são por eles vividos, seu caráter de classe. Por via de consequência direta, e mediante todo um funcionamento complexo do ideológico, o Estado capitalista oculta sistematicamente, no nível de suas instituições políticas, seu caráter político de classe: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular-nacional-de-classe. Esse estado se apresenta como a encarnação da vontade popular do povo-nação. O povo-nação é institucionalmente fixado como conjunto de “cidadãos”, “indivíduos” cuja unidade o Estado capitalista representa, e tem precisamente como *substrato real* esse efeito de isolamento que as relações sociais econômicas do modo de produção capitalista manifestam (grifos originais, *Ibidem*, p. 133).

Em *Fascismo e Ditadura* (Vol. II)¹⁵, ao tratar sobre a forma de Estado de exceção, contrapondo-se com as teorias do totalitarismo que realizam a dicotomia entre Estados pluralistas e Estados totalitários de acordo com a existência de instituições intermediárias entre o Estado e os indivíduos, tais como sindicatos, partidos, imprensa etc, Poulantzas compreenderá que, diferentemente daquelas, estando ou não sob formas de Estado de exceção, essas instituições seguem sendo aparelhos ideológicos de Estado.

Uma das principais características das formas de Estado de exceção seria um “*acréscimo* de autonomia em relação à classe ou fração hegemônica” e, ao mesmo tempo, “uma limitação da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos de Estado” (*Idem*, 1972, p. 104), tal conformação apresentaria um aparente paradoxo, mas segundo Poulantzas apenas aparente. E essa percepção também estaria presente em Marx quando das suas análises do bonapartismo; pois “quanto mais importante é a autonomia relativa do Estado perante a classe ou fração hegemônica, mais forte é a sua ‘centralização’ interna” (*Ibidem*, p. 104). Mais uma vez, faz-se necessário essa relativa autonomia do Estado frente às classes, justamente para que ele possa reorganizar e consolidar o bloco no poder (*Ibidem*, p. 104).

Dessa forma, é importante salientar que de acordo com o grau da luta de classes variar-se-á a forma e a medida da autonomia relativa do Estado, podendo, por exemplo, “funcionar como *fator de organização política* dessas classes, o que se manifesta na relação complexa entre ele e os partidos das classes dominantes”, esses últimos que permanecerão, nessa configuração, possuindo uma “função organizacional própria”. Há casos em que há a substituição, pelo Estado, dos partidos, “continuando a funcionar como fator de organização hegemônica dessas classes”. Há, ainda, circunstâncias em que o Estado concentra em si “o

¹⁵ POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Vol. II. Porto: Portucalense Editora, v. II, 1972.

interesse político das classes dominantes”, no caso, o bonapartismo francês. Aqui o grau de autonomia relativa é “tal que as classes ou frações dominantes parecerão renunciar a seu poder político” (grifos originais, Idem, 2019, p. 294-5).

1.4. Domenico Losurdo – Bonapartismo como forma por excelência da dominação burguesa

Uma das nossas principais referências iniciais para a elaboração da pesquisa foi Domenico Losurdo, em seu livro *Democracia ou Bonapartismo*¹⁶, com o subtítulo de *triunfo e decadência do sufrágio universal*, que argumentou a partir do estudo de diversos pensadores clássicos do liberalismo, como Benjamin Constant, John Stuart Mill, Alexis de Tocqueville, entre outros, que uma preocupação importante na teoria desses autores era com a massa de despossuídos adentrando no mundo da política. Sendo assim, quando a restrição censitária não era mais possível, ainda que desejável para um determinado grupo social, o sufrágio universal deveria vir balanceado com formas institucionais que remediassem o efeito da entrada dos não-proprietários.

Aos olhos de Losurdo, Constant defendia a exclusividade da participação política às classes ricas (LOSURDO, p. 17). Já Tocqueville, com questões semelhantes, via na eleição em vários graus a forma capaz de filtrar a atuação das massas nos rumos da política. Sua influência encontrava-se nos EUA, que possuía eleição direta para a Câmara dos Representantes e em dois graus para o Senado, o que, segundo ele, explicaria a presença naquela de “tantos elementos vulgares” e neste o fato de possuir “o monopólio dos talentos e da cultura” (p. apud, p. 19). Enquanto Stuart Mill, entendendo a necessária a ampliação do sufrágio, aponta duas arriscadas consequências de tal fato, sendo elas, um “nível demasiado baixo de inteligência política”, já que a maioria dos votantes seria composta de trabalhadores manuais, e a de que vigorasse “uma legislação de classe”. (apud LOSURDO, p. 32). O seu receituário, portanto, seria restringir censitariamente a partir do pagamento de impostos. Outra limitação, segundo ele, deveria ser colocada em relação ao voto dos analfabetos já que, garantir “o sufrágio a um homem que não

¹⁶ LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora UNESP, 2004.

saiba ler" é como "dá-lo a uma criança que não saiba falar" (apud, p. 34, Mill, 1916, p. 151). Mills também teria proposto a implementação do voto plural, sistema no qual os votos possuem pesos diferentes de acordo com as qualidades de cada votante, a forma, inclusive, de medir tal hierarquia poderia ser encontrada nas funções exercidas pelos indivíduos (apud p. 35-36). Vale aqui uma citação longa do próprio Losurdo acerca do tratamento relegado às massas por parte de grandes expoentes da tradição liberal.

Como se vê, caminham *pari passu* a discriminação censitária e uma divisão do trabalho que vai até o ponto da justificação do trabalho servil ou semi-servil. Os miseráveis a ele condenados são descritos, em seguida, em termos que justificam sua utilização como simples instrumentos de produção e, de algum modo, são representados como seres destituídos da plenitude das características humanas. Que sentido teria conceder direitos políticos àqueles que, "por causa do natural e inalterável estado de coisas neste mundo", estão destinados - é Locke quem se expressa nestes termos - a permanecer no nível de uma "besta de carga puxada para a frente ou para trás pelo mercado, numa trilha restrita e num caminho sujo", e que são separados dos homens das classes superiores por "uma distância maior do que aquela entre alguns homens e alguns animais"? (Locke, 1982, livro 4, cap. 20, §§ 2 e 5) Análoga é a atitude de Burke, que fala da maior parte dos homens, aquela que obtém seus meios de subsistência do duro trabalho cotidiano, como "multidão suína" (*swinish multitude*) (Burke, 1826a, p. 154), ou a de Sieyès, que nega se possam "encontrar homens", pelo menos no sentido pleno da palavra, na "multidão imensa de instrumentos bípedes (*instruments bipèdes*), privada de liberdade, privada de moralidade, privada de vida intelectual (*intellctualité*)" (Sieyès, 1985, p. 81). Como fundamento e justificação da discriminação censitária, há uma antropologia e uma antologia, ou - para recorrer a uma categoria hoje no centro do debate sociológico e do debate político (Taguieff, 1987; Balibar, 1988a e 1988b) - um processo de racialização, que torna totalmente estranhos aos cidadãos ativos e à elite dominante os excluídos da cidadania.

Os exemplos apresentados acima, contidos em alguns importantes pensadores da tradição liberal, ajudam-nos a visualizar o impacto causado, bem como sua consequente preocupação, da ascensão quantitativa e, posteriormente, qualitativa, de homens e mulheres que possuíam tão somente a sua força de trabalho. Daí que as ferramentas buscadas para dirimir os efeitos dessa emergência das massas não apenas sobrevoavam nas ideias, mas tomavam formas institucionais e jurídicas. Ao pensar historicamente o sufrágio universal, Losurdo aponta que, ao contrário do que se supõe ou imagina, seu percurso é atravancado por idas e vindas, devendo ser considerado mais como um processo eminentemente contraditório, que combina constantemente *emancipação e des-emancipação*, do que propriamente constituído de maneira linear (LOSURDO, p. 40). Percebe-se, portanto, que as reivindicações para aquisição de certos direitos políticos passavam pela conquista de patamares de reconhecimento, enquanto, por outro lado, suas respectivas negações buscavam limitá-los, quando não fosse possível impedi-los; não à toa

notam-se referências e analogia das massas enquanto desprovidas das condições que as colocariam no patamar de cidadãos e, em alguns casos, de pertencentes à humanidade.

A saída bonapartista no caso francês ajuda-nos a exemplificar esse movimento pendular. Ao adotar o sufrágio universal (masculino) logo após a consecução do golpe, Napoleão III tinha como objetivo “estabelecer um regime forte pelo fato de ser popular” (Geywitz apud LOSURDO, 2004, p. 62), com ligação direta com as massas, sem a intermediação de partidos, marginalizando-os. Uma forma de resolver isso foi através da adoção do colégio uninominal. Losurdo argumenta que como os deputados seriam os representantes de um colégio local, o líder destacar-se-ia acima de todos enquanto o único intérprete dos interesses da nação. (Ibid., p. 64). O Bonapartismo, portanto, considerado um “novo modelo de controle político e social das massas, onde o sufrágio universal é neutralizado pela posição eminente do chefe do executivo ou do presidente” (Ibid., p. 66) é “herdeiro, crítico, da tradição liberal e busca garantir a segurança da propriedade e da esfera privada contra a intrusão de um poder político prevaricador, que se nutre do *pathos do citoyen* e das reivindicações sociais das classes populares.” (Ibid., p. 67).

Se analisamos a situação política existente na França, Alemanha e Inglaterra na segunda metade dos anos 1860, as analogias saltam aos olhos: em todos os três casos, estarmos na presença de um regime político cujos traços mais ou menos liberais são contrabalançados pela presença de um forte poder executivo e em cujo âmbito a concessão da cidadania política a amplas camadas sociais é neutralizada por um cesarismo de face mais ou menos popular e que, de um modo ou de outro, se apóia na excitação chauvinista de massa. (p. 81)

O bonapartismo teria sido capaz de conjugar o movimento irrefreável de chegada das massas na arena política – principalmente após a Revolução Francesa, que ofereceu um horizonte de promessas que as classes dominantes não foram capazes de cumprir no momento em que a classe trabalhadora o reivindicou – com um controle relativamente bem sucedido sobre elas, através da sua ligação direta com um líder, por vezes representado na figura do executivo. Nesse sentido, também se fazia necessário obstruir os meios de auto-organização da classe trabalhadora, principalmente partidos e sindicatos. Somado a isso, uma certa missão imperial francesa apontava para o exterior com vistas a redirecionar os descontentamentos internos (Ibid, p. 66).

Está claro: estamos na presença de um novo modelo de controle político e social das massas, no âmbito do qual o sufrágio universal é neutralizado pela posição absolutamente eminente do presidente da República ou do chefe do Executivo, que, por um lado, busca as boas graças das classes consideradas perigosas mediante algumas concessões limitadas (realização de obras públicas, tabelamento dos aluguéis nas grandes cidades etc.), e, por

outro, busca canalizar e desviar o descontentamento para o exterior, erguendo o estandarte da missão da França no mundo. (Ibid, 2004, p. 66)

Não se trata aqui de uma questão exclusiva ao caso francês. Pelo contrário, seus desdobramentos avançaram enormemente. O caso dos EUA nos ajuda a demonstrar esses pontos, além do fato de que se tornará o mote para o desenvolvimento das nossas premissas de pesquisa.

As revoltas de camponeses pobres no estado de Massachusetts, em 1786-1787, motivaram, segundo Losurdo, a busca por uma “Constituição liberal e enérgica”, além de um “poder executivo forte” (apud LOSURDO, p. 97). Assim, constituída a Convenção de Filadélfia, formada em sua grande maioria por homens conservadores, um novo texto constitucional fora redigido, no qual buscou-se reforçar o poder central (Ibid, p. 98). Considerado um golpe de Estado pacífico, pela sua forma e conteúdo, a nova constituição não estava respaldada juridicamente, nem sequer pela soberania popular, mas apenas atendia ao desejo de proteger dos ataques, a propriedade, e do caos, a sociedade (Ibid, p. 98-9).

A extraordinária amplitude dos poderes daquele que é definido o "supremo Magistrado dos Estados Unidos" não está em contradição com a investidura popular. *The Federalist* procede a uma descrição bastante significativa de uma célebre figura da antiga Grécia: "Segundo Plutarco, Sólon foi, de certo modo, obrigado pelo sufrágio universal dos seus concidadãos a assumir o poder único e absoluto de reformar a Constituição" (n. 38, 1980, p. 287). Ainda que com discurso referido ao passado, aqui se descreve o funcionamento de um regime tendencialmente bonapartista, que, por um lado, comporta uma investidura de baixo bastante ampla e, por outro, um exercício do poder bastante extenso e até, em situações de emergência, absoluto. (Ibid, p. 108)

Uma das vantagens oferecidas pela nova constituição estaria na possibilidade de se passar ao Estado de exceção não apenas em momentos de guerra ou insurreições, mas inclusive contra maiorias no legislativo.

A Constituição derivada da Convenção da Filadélfia herda e radicaliza ainda mais a atenção ao estado de exceção reservada pela tradição liberal, com o olhar voltado para os temidos abusos do Legislativo. Mas o remédio não é mais apontado numa Câmara hereditária dos Pares com direito de veto em face do ramo mais ou menos popular do Parlamento, como em Locke e em Montesquieu (ef. supra, cap. 1, § 8), mas num forte Executivo concentrado nas mãos de uma única pessoa, isto é, de um presidente em condições de se tornar, a qualquer momento, um ditador no sentido romano do termo. (Ibid, p. 111)

Nos EUA, portanto, diferente do que aconteceu em outros países, os dois tipos de atribuições, político-militar e sacerdotal-ideológica, encontram-se presentes no chefe do poder executivo, já que a falta do resquício monárquico possibilitou encontrar e buscar na figura do presidente o intérprete de uma missão divina daquele povo informado pela ideologia puritana

(Ibid, p. 114). Mantendo-se também nesse caso a ideia de um reforço de uma comunidade, onde encontra-se a coesão para dirimir os conflitos internos, exportando-os.

Ainda que as questões geográficas e demográficas facultassem aos Estados Unidos características que faltavam na França, como a possibilidade de contar com cidades ainda pouco populosas e terras a Oeste que permitiam “escoar” os conflitos sociais (Ibid, p. 120), as semelhanças ainda permitiriam que o mesmo conceito, com a mediação necessária, fosse utilizado para pensar ambas as experiências. A França, enquanto representante ideal-típico do bonapartismo, e os EUA com o seu bonapartismo *soft*, possuíam

A preocupação de conter as reivindicações populares e plebeias [que] desemboca[m], num caso e no outro, não na reproposição do regime de notáveis e sim, indo inclusive além e fora das aspirações e das intenções subjetivas dos protagonistas dos acontecimentos, num regime político novo, no âmbito do qual o Executivo forte ou fortíssimo encontra sua legitimação numa investidura popular que se expressa mediante o plebiscito ou mediante um sufrágio eleitoral bastante amplo e, seja como for, sensivelmente mais abrangente do que no passado. (Ibid, p. 124)

O que, no entanto, diferenciaria os dois tipos de regime a ponto do bonapartismo norte-americano vir com o adjetivo *soft*?

(...) pelo fato de que sabe associar a rapidez, a força e a unidade do centro decisório à competição e à alternância entre líderes diferentes, bem como, em condições de desenvolvimento normal, ao gozo dos direitos de liberdade por parte dos cidadãos; neste sentido, trata-se de um bonapartismo *soft*, o qual, no entanto, quando uma situação de crise o requeira ou pareça requerê-lo, pode se transformar de modo indolor num bonapartismo duro e de guerra, capaz de impor a repressão. (Ibid, p. 124)

Se não estamos totalmente convencidos de que a utilização proposta por Losurdo, em termos gerais, isto é, do bonapartismo enquanto o regime de dominação burguesa por excelência estabelecido em boa parte dos países centrais a partir de meados do século XIX e chegado ao ápice com a experiência dos EUA no século XX; sua análise parece se aproximar da forma com que a dominação burguesa se constituiu na periferia do capitalismo, justamente pela configuração com que países como o Brasil, por exemplo, estabeleceram desde o seu surgimento com o mercado mundial.

1.5. Breves comentários

Nota-se que, embora existam diferenças entre as abordagens apresentadas acima, ainda que estejam elas dentro do campo do marxismo, está claro também que há convergências. Um pano de fundo que está presente no debate sobre o bonapartismo é sobre as formas de regime político, e não tão somente a preocupação, hegemônica atualmente¹⁷, nas variações que ocorrem sobre quem se encontra à frente dos governos. Nesse aspecto apresenta-se uma das convergências no tratamento sobre o tema dos autores até aqui apontados. Pois a forma de Estado, bem como suas respectivas formas de dominação, compostas a partir dos estágios do desenvolvimento das lutas de classe e, a partir, é claro, do desenvolvimento das forças produtivas, são fundamentais nesse debate.

Ainda que com uma perspectiva própria, o clássico poulantziano nos ajuda com algumas definições para prosseguirmos com a discussão, no caso, das definições de formas de Estado, formas de regime e o que ele chama de “cena política”.

A distinção das formas de Estado relaciona-se, como lembramos, com variações da articulação do econômico e do político nos limites colocados pela dominância do modo de produção capitalista na *periodização em estágios de uma formação capitalista*; ela diz respeito a toda uma série de transformações das funções do Estado, de deslocamento de dominância entre essas funções, diferenciações das formas de intervenção do político no econômico e do econômico no político. No entanto, havíamos constatado que essas variações, referentes às formas de Estado, se, por um lado, recobrem as formas diferenciais de intervenção e não intervenção do econômico e do político nas estruturas, por outro, *não são por elas diretamente determinadas*. Dito de outro modo, elas não se refletem em formas diferenciais de Estado senão se concentrando nas relações

¹⁷ “Entretanto, por volta dos últimos vinte e cinco anos, a imensa maioria dos agrupamentos políticos da esquerda, incluindo aqueles oriundos da tradição marxista, passou a abdicar de reflexões e posturas antirregime, concentrando (e mesmo reduzindo) suas críticas aos governos de plantão. A consolidação, na grande maioria dos países ocidentais, do regime liberal certamente contribuiu para tal abdicção, assim como também não seria errôneo dizer que, dialeticamente, tais posturas da esquerda jogaram um importante papel nessa naturalização do modelo liberal representativo de democracia. Sintonizada com as correntes majoritárias do movimento operário, e mesmo influenciada por estas, grande parte da intelligentsia marxista acadêmica, tanto europeia quanto latino-americana, veio a tacitamente corroborar a ideia de que a democracia atualmente existente se apresenta, ao fim e ao cabo, como a única forma possível de organização política da espécie humana. Esvaziadas de seu conteúdo histórico e classista, suas instituições formais, parlamentares, passaram a ser designadas por tal intelligentsia como o terreno preferencial (ou mesmo exclusivo) para a atuação política dos setores subalternos. Conseqüentemente, além de naturalmente rechaçado pelas teorias políticas conservadoras que dominam os meios acadêmicos, o debate sobre a caracterização dos diferentes regimes políticos da contemporaneidade tornou-se, também para esquerda intelectual, algo apenas secundário, ou simplesmente descartável.” (DEMIER, 2014, p. 167-8)

entre o Estado e o campo da luta de classes: a saber, precisamente, nas relações entre o Estado e o isolamento das relações sociais econômicas, por um lado, nas relações entre o Estado e o bloco no poder no âmbito da luta política de classe, por outro, e segundo as formas de conjugação dessas duas relações. (POULANTZAS, 2019, p. 318)

Poulantzas travou esse debate para pensar especificamente a relação do executivo-legislativo com as formas de Estado e, a partir da definição acima, pôde esclarecer que a distinção, executivo-legislativo, seria sobredeterminada, na verdade, “por concentrar a relação do Estado com a luta econômica e a luta política de classe” (Ibid., 318) e não porque ela se refere a funções diferenciais do Estado, no que concerne às diversas “formas de intervenção ou não intervenção do econômico e do político” (Ibid., p. 318). Dessa forma, seja aonde for que esteja representada a classe ou fração hegemônica, executivo ou legislativo, tal espaço, sendo “a instância dominante do Estado, deve, em princípio, concentrar igualmente essa relação do Estado com a luta econômica” (Ibid., p. 319).

Um fator importante de diferenciação, nesse caso, refere-se à legitimidade que legislativo e executivo demandam, em termos ideológicos. No primeiro, confunde-se normalmente sua legitimidade com a *legalidade*, quer dizer, “com um sistema normativo específico de regulamentação, que se apresenta como vontade geral editada pelos representantes do povo” (Ibid., p. 319). Já no caso do executivo, há o fenômeno reconhecido por nós através do bonapartismo, isto é, numa legitimidade que passa pela “diminuição da publicidade parlamentar”, diminuindo o saber da burocracia; presença de elementos “carismáticos”, “que concentram a legitimidade hierárquica por delegação do poder do aparelho de Estado na personalidade de um ‘chefe’, que representa a “unidade do povo-nação” (Ibid., p. 319).

Por esses motivos

É evidente que essas formas de Estado só podem ser estudadas concretamente em conjugação com as *formas de regime*, no tocante à *cena política* e à periodização propriamente política. As formas de Estado estabelecem os limites desse espaço particular que é a cena política, circunscrevendo o quadro geral do papel dos partidos a respeito do bloco no poder. A cena política refere-se às modalidades concretas da representação partidária em relação à ação aberta ou declarada das forças sociais. A combinação das formas de Estado e da configuração da cena política dá-nos os regimes políticos. (Ibid., p. 325)

Nesse sentido, Poulantzas reconhece o pioneirismo de Duverger que, tratando das tipologias de regimes políticos, abordou as relações do executivo e do legislativo, a partir da predominância ou equilíbrio de cada um, com a configuração da cena política; chamando atenção para questões como bipartidarismo, multipartidarismo, número de partidos etc. No entanto,

segundo Poulantzas, Duverger não realizaria a distinção entre as formas de regime e as formas de Estado, pelo contrário, estariam essas últimas contidas nas primeiras. Tal distinção é fundamental pois as formas de regime possuem significados diversos de acordo com as formas de Estado em que estão inseridas.

Colocados os pontos acima, convém tratar das diferenças de tratamento sobre o bonapartismo dos autores até então apresentados. Uma das principais características discutidas sobre tal fenômeno diz respeito à autonomia relativa do Estado frente às classes sociais em disputa. No entanto, como nos mostra Demier, tal característica não se apresenta no texto de Losurdo, pois

embora tenha sublinhado suficientemente o destacado papel desempenhado no bonapartismo pelo “líder nacional” colocado acima dos partidos e facções políticas, Losurdo pouco ou nenhum peso conferiu ao elemento da autonomização relativa do Estado enquanto característica definidora desse tipo de regime. Possivelmente, isso ajude a explicar o fato de Losurdo ter, a nosso ver, confundido o que seriam democracias com Executivo forte (democracias com traços bonapartistas, muitas vezes) com regimes bonapartistas propriamente ditos. (DEMIER, 2005, p. 44)

Além disso, enquanto com Gramsci o bonapartismo é a principal saída de uma crise de hegemonia, para Losurdo ele tornou-se, historicamente, a forma pela qual a classe dominante foi capaz de bloquear e/ou controlar o acesso das massas na política, sendo por excelência a forma de dominação burguesa a partir da metade do século XIX. A democracia burguesa nessa perspectiva sequer chegou a se efetivar, sendo apenas um projeto dos setores dominados. Demier contrapondo-se a essa perspectiva afirma que

o bonapartismo, a nosso juízo, aparece como uma possibilidade política em sociedades nas quais a questão da “*hegemonia*” está colocada e não pode ser solucionada em termos hegemônicos. Não havendo, portanto, a possibilidade da efetivação de uma dominação hegemônica sobre o sempre “perigoso” proletariado – dadas, entre outros fatores, a inexistência de uma fração burguesa capaz de se fazer hegemônica, e a força (real ou potencial) de mobilização dos trabalhadores –, a democracia burguesa acaba por carecer de bases sólidas para se erigir ou se manter. Consequentemente, o bonapartismo, procurando bloquear a luta das classes por meio de um *Estado relativamente autonomizado* em face delas, se apresenta como uma saída temporária para a “crise de hegemonia”, preservando a ordem social capitalista. Assim, o regime bonapartista é por nós concebido como uma “*opção*” ao regime democrático, o qual – e aqui se encontra o cerne de nossa diferença com Losurdo – se constituiu (e se constitui) também como uma forma de dominação – aliás, a forma de dominação preferencial – do capital sobre o trabalho. (DEMIER, p. 42, grifos nossos)

Entende-se, portanto, que os pontos fundamentais de crítica apresentam-se neste trecho; onde, para o historiador brasileiro, o bonapartismo seria uma resposta, a principal delas, inclusive, à crise de hegemonia, isto é, circunstância na qual não há uma (fração de) classe capaz

de dirigir o restante da sociedade, o que resulta numa relativa autonomia estatal, centralizada a partir de um forte poder executivo e sua burocracia, em alguns casos até pelas forças armadas; onde as classes proprietárias passam a ser indiretamente representadas. E por fim, haveria uma espécie de universalização do bonapartismo em Losurdo enquanto principal meio de dominação do regime burguês.

Dessa forma, a leitura losurdiana não apenas oferece contribuições sobre o fenômeno do bonapartismo, mas, sobretudo, apresenta uma nova perspectiva sobre a forma com que se deu a dominação burguesa; principalmente redefinindo a democracia burguesa que, em sua concepção, torna-se uma possibilidade constantemente negada e que só poderá vir-a-ser através da luta dos setores subalternos. Tal definição, como veremos, cabe facilmente nas diversas análises que autores realizaram sobre os países periféricos, incluindo o Brasil. Embora esses países sequer estivessem presentes nas análises de Losurdo no livro em questão.

Enquanto a autonomia relativa do Estado não esteve presente como ponto central no bonapartismo losurdiano, na perspectiva de Poulantzas tal característica é fundamental para compreendê-lo; mas não só. Como vimos, a autonomia relativa do Estado é constitutiva, para o marxista greco-francês, da forma do Estado capitalista; variando apenas em graus e não sendo apenas exclusividade do bonapartismo. E é sobre esse aspecto que pesa a crítica de Demier

o bonapartismo, ao ter, na interpretação poulantziana, seu principal traço característico estendido às outras formas de dominação política (inclusive às hegemônicas), acaba por perder sua especificidade enquanto tipo de regime político burguês, isto é, enquanto um regime no qual a burguesia não tem acesso diretamente ao leme do Estado (dada, justamente, a “autonomia relativa” da qual goza a máquina estatal burocrático-militar em relação à classe dominante). (Ibid., p. 37 e 38)

Apesar de enfoques distintos, em ambos os autores Demier considera que há um esvaziamento do conceito de bonapartismo; ou porque se tornou por excelência a forma de dominação burguesa experimentada historicamente – Losurdo. Ou porque teria perdido sua principal distinção, a autonomia relativa do Estado – Poulantzas (Ibid., p. 45).

CAPÍTULO 2. O BONAPARTISMO NO BRASIL (1930-1964)

Embora tenhamos, até o momento, nos utilizado basicamente de literatura estrangeira, chegou o momento de assentar o terreno em que essa literatura será recepcionada no Brasil. Sabe-se que dentro do pensamento social brasileiro a preocupação em transplantar ideias de maneira mecânica preocupou amplos setores ideológicos, não sendo diferente dentro do campo do marxismo. Não à toa os principais clássicos do materialismo histórico no Brasil foram aqueles que conseguiram demonstrar as nossas especificidades, sem perder de vista a nossa participação num modo de produção internacionalizado.

Enquanto a análise marxiana revelou que a classe trabalhadora ascendia em boa parte da Europa como classe revolucionária já na metade do século XIX, no Brasil foi preciso esperar quase um século inteiro para as massas, enquanto um ator histórico, não pudessem ser mais desconsideradas nos centros de decisões políticas e que, mais do que isso, produzissem transformações profundas sobre aqueles. Torna-se relevante, portanto, discorrer sobre essa trajetória, sobretudo a partir do século XX, que envolve as principais transformações rumo a uma sociedade burguesa, bem como o papel das massas nesse processo e as produções teóricas/políticas que nos ajudam a compreender esse percurso histórico.

Compreender a forma como se efetivou a transformação capitalista no Brasil e a sua consequente dominação burguesa é fundamental para os nossos objetivos. Para esses fins utilizaremos as análises formuladas no clássico *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. Esse, tendo ciência de que não haveria uma única via para a transformação capitalista, já que os elementos econômicos e extra-econômicos de dada realidade histórico-social causam constrangimentos àquele processo, buscou lançar as bases da especificidade brasileira na hora de realizá-lo (FERNANDES, 1976, p. 289).

Um ponto já bastante destacado, no caso de um desenvolvimento capitalista de um país dependente e subdesenvolvido como o nosso, é o do condicionamento externo ao qual estamos sujeitos; que foi analisado, por exemplo, em termos de “sentido” no nosso processo de colonização por Caio Prado Jr., no *Formação do Brasil Contemporâneo*¹⁸, e que teria se intensificado no período do capitalismo de tipo monopolista, quando somado ao fator

¹⁸ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). Editora Brasiliense, 1961.

imperialista que o organizou para sua expansão. Como o Brasil não realizou a ruptura com a dominação externa, o fator dependente é crucial para compreender a nossa formação em termos de transformação capitalista e a nossa forma de dominação burguesa. Essa dependência, segundo Ruy Mauro Marini¹⁹, não permitia uma troca equivalente, mas uma troca desigual, já que se transferia valor da periferia para o centro, por conta de uma maior produtividade dos países desenvolvidos, além de conseguirem operar com um preço superior ao valor, por produzirem bens mais beneficiados em relação aos produzidos pelos países periféricos. A forma encontrada nesses países para compensar um intercâmbio tão desigual foi através da maior exploração da força de trabalho, o que na prática se experienciava de três maneiras distintas e combinadas, através do 1) do aumento da intensidade do trabalho; 2) do aumento da jornada de trabalho e por último 3) da redução do consumo do operário abaixo do necessário para reproduzir-se adequadamente. Esse processo foi apontado por Marini como uma superexploração da força de trabalho.

Fernandes (1976) trata essa articulação interna e externa como de uma dupla apropriação que teria como uma das principais consequências a dissociação entre a transformação capitalista e a democracia burguesa (Ibid., p. 292). Por esses fatores a revolução burguesa por aqui tornou-se um evento essencialmente político, no qual a burguesia teria como principal objetivo, além de consolidar suas vantagens relativas de classe, manter viva as suas condições de existência e a daquele processo que torna possível a sua reprodução, isto é, o modo de produção capitalista (Ibid., 1976, p. 294).

Pode-se dizer que o mérito da sua análise está em explicar a forma como a dominação burguesa engendrou-se num país periférico, no caso, o Brasil, a partir das escolhas que a classe dominante e seus diversos setores fizeram levando em consideração os condicionantes estruturais. Ao não buscar empreender uma compreensão ideal-típica de como a transformação capitalista em seu sentido abstrato se deu, já que, ele mesmo sabia que embora existam os casos clássicos, não faz sentido analisar os casos concretos à luz de determinada régua pressuposta, comparando o que seriam nossos elementos “ausentes” com os elementos “normais”, Fernandes foi capaz de visualizar o caráter autocrático da dominação burguesa no Brasil. Nesse sentido, seria um erro supor que por não ter havido no Brasil uma conjugação entre revolução burguesa e

¹⁹ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*, 1973.

regime democrático, bem como a consolidação de direitos civis e sociais normalmente remetidos àquela, que não a teríamos realizado. Pelo contrário, a nossa revolução nacional, pelo já dito sobre a dupla apropriação, resultou numa integração horizontal dos interesses burgueses, possibilitando a sua imposição a todos os membros da comunidade nacional, tendo como principal meio a forma coercitiva (Ibid., 1976, p. 302).

Dessa forma de dominação burguesa Fernandes depreende três funções; 1) a preservação e o fortalecimento das condições econômicas, socioculturais e políticas, com o objetivo de manter sua permanência histórica com o máximo possível de eficácia; 2) a ampliação e o aprofundamento da incorporação estrutural e dinâmica ao mercado mundial, garantindo máxima “intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico”, assegurando internamente meios externos de “suporte, de renovação e de fortalecimento” (Ibid., 1976, p. 304) e, por fim, 3) a preservação, o alargamento e a unificação dos “controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa (Ibid, p. 304)”, a fim de garantir a essa a máxima eficácia política, “dando-lhe uma base institucional de auto-afirmação, de autodefesa e de auto-irradiação de natureza coativa e de alcance nacional.” (Ibid, p. 304). Nota-se que uma das principais características da forma como se caracterizou a dominação burguesa no Brasil tem a ver com seu caráter constantemente defensivo para garantir-se no comando, o que levou ao conseqüente aspecto conservador e moderado, abafando possíveis tendências reformistas ou democráticas no próprio interior do bloco burguês. O Estado possui, nessas configurações, posição de destaque para consolidar, organizar e engendrar essa dominação, bem como para desenvolver as transformações capitalistas no Brasil.

Em leitura afinada com a dos autores até aqui abordados, Mazzeo²⁰ também irá apontar o caráter intrinsecamente conservador e conciliatório presente na burguesia brasileira, entrelaçada aos ditames e interesses externos, ao mesmo tempo em que se encontra imersa num país colonial, escravagista e agro-exportador. Essa característica apresenta-se inclusive no nosso processo de Independência, que passa ao largo de uma revolta anticolonial e de libertação nacional.

²⁰ MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Boitempo Editorial, 2015.

Desse modo a proposta de uma revolução anticolonial não ultrapassará as fronteiras de uma duvidosa “emancipação política”. A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária que assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais. Como acentua a historiadora Emília Viotti, é a aversão às formas democráticas de governo, a desconfiança no povo, composto em sua maioria por escravos, que poderiam pôr em xeque a escravidão, fato que levará a “classe dominante” brasileira a contemporizar o máximo possível com a monarquia portuguesa. Com a impossibilidade dessa conciliação, D. Pedro apareceu como o instrumento político que propiciaria a emancipação em relação a Portugal, sem a participação popular e sem a temida democratização da sociedade. Essa “articulação pelo alto”, que levou à ruptura com Portugal, à unidade das frações de classes em luta e à entronização de D. Pedro sem os traumas de uma convulsão social – com a inevitável participação das massas populares –, proporcionou um momento de rearticulação dos grupos em disputa e refletiu a homogeneidade, na maioria dos líderes da independência, da postura de alijar as massas de qualquer processo político-social, confirmando a não existência de divergências fundamentais, no que se refere à visão antipopular e da manutenção de uma economia de vezo colonial, por parte das frações burguesas em disputa. (MAZZEO, 2015, p. 90)

No intuito também de pensar a forma com que o desenvolvimento burguês se processou no Brasil, Mazzeo lançou mão da compreensão leniniana de “via prussiana”; nesse caso, de maneira diversa dos processos “clássicos” de revolução burguesa, onde há, de fato, uma ruptura da burguesia, classe revolucionária de então, com o Antigo Regime, o que ocorre é uma conformação daquela com as formas “tradicionais” presentes anteriormente. Embora Lênin estivesse tratando de casos como o da Alemanha, essa via nos ajuda a situar o caso brasileiro. Nosso processo de constituição do mundo burguês desenrolou-se em consonância com a manutenção das oligarquias rurais, bem como da estrutura socioeconômica que as permitiam existir; dessa forma nossa modernização não foi capaz de democratizar certos aspectos da vida social, política e econômica que puderam ser vistos nos casos clássicos durante a vigência de uma burguesia revolucionária. Pelo contrário, modernização por aqui significou justamente impossibilitar a participação popular e impedir qualquer arroubo revolucionário presente em setores da burguesia; fatores que poderiam pôr em risco a ordem.

O aspecto “prussiano” aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “via prussiano-colonial” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil. (Ibid., 2015, p. 114)

Especificar enquanto “via prussiana-*colonial*”, para o caso brasileiro, busca diferenciar-se de um processo que, embora conciliatório e não revolucionário, levou a burguesia a consolidar uma autonomia nacional e realizar um progresso econômico “digno” de um desenvolvimento “clássico” do capitalismo; diferentemente da nossa estrutura, que por ser escravista e voltada ao comércio exterior, nos colocou em uma posição frágil frente à cadeia de produção e reprodução do mercado mundial (Ibid., p. 115-6). A forma de governo, inclusive, que irá aparecer por aqui, ainda no século XIX, assemelha-se, segundo Mazzeo, ao bonapartismo²¹, que teria sido a fórmula encontrada para lidar com as crises do período regencial, dando consequência ao “Golpe da Maioridade”, em 1840.

Na França, o bonapartismo surge como contenção às eclosões revolucionárias. Na Alemanha, como elemento de garantia da transição ao capitalismo (do pacto entre junkers e burgueses), como base de contenção (contrarrevolucionária) das massas. Temos, no Brasil, de certa forma, a conjunção desses elementos, desencadeados com o processo de independência: a eclosão da luta intestina entre as frações da burguesia agrária, os movimentos populares e rurais e, ainda, os embates com os setores radicalizados da pequena burguesia urbana. A diferença entre essas várias ocorrências do mesmo processo conciliatório, que é como se configura o bonapartismo – e este é o aspecto fundamental –, consiste no seguinte: nos casos francês e alemão, ele garantiu o pleno desenvolvimento burguês e das forças produtivas, propiciando a consolidação dos capitalismos nacionais não subordinados; no Brasil, o bonapartismo mantém a estrutura escravista de produção, continuidade da economia colonial, caracterizando a não ruptura com o atraso econômico e social, assim como a debilidade de sua burguesia. A conciliação, dessa forma, direciona-se à subsunção. Concilia-se com o arcaísmo, como um todo, tanto nas relações de produção como nas relações sociais, e concilia-se com a Inglaterra, a nova “metrópole”, posta nos moldes modernos do capitalismo industrial (Ibid., p. 122).

É na esteira dessas preocupações e a partir desse pano de fundo, isto é, da forma específica de transformação capitalista e conformação burguesa no Brasil, que se situará o debate sobre o bonapartismo no contexto brasileiro; pois, embora haja dissonâncias entre as diversas perspectivas apresentadas, tais leituras partem de uma compreensão em comum de que a trajetória brasileira (e dos países periféricos em geral) possui diferença substancial frente às experiências dos países centrais, que não podem ser, por nós, mecanicamente replicadas. Tal compreensão dentro do marxismo é fundamental não apenas em termos teóricos, mas, sobretudo,

²¹ De maneira diferente da entendida por Mazzeo, Demier, – que terá seu trabalho exposto de maneira mais detalhada em outro momento – à luz das análises de Gramsci, considera que o surgimento do regime bonapartista processa-se numa sociedade de massas, complexa e em decorrência de uma crise de hegemonia, isto é, momento no qual não há uma (fração de) classe capaz de dirigir politicamente, tanto as diversas frações da burguesia, quanto a classe trabalhadora; nesse sentido, por não ter tido, em seu entendimento, antes de 1930 o estabelecimento no Brasil de uma classe antagônica capaz de realmente ameaçar as classes dominantes de então, o bonapartismo só teria sido possível daquele ano em diante.

em termos práticos – já que como normalmente se diz nos meios da militância socialista/comunista: quem erra na análise, erra na ação.

2.1. Populismo

Antes de adentrarmos propriamente nas leituras do bonapartismo no Brasil, vale passarmos no importante conceito de populismo. Primeiro porque é uma das principais teorias utilizadas para pensar o Brasil no período de 1930 a 1964. Segundo que seus autores são fortemente informados pelo marxismo, o que faz com que haja confluências entre as características apontadas como pertencentes ao populismo e ao bonapartismo. Além de ter sido uma teoria utilizada mais especificamente para pensar governos de países periféricos, atrasados.

Sendo uma das mais importantes teorias utilizadas para interpretar o que processou-se no Brasil após a revolução de 30, o populismo inscreve-se num contexto de crítica estabelecida pela chamada sociologia paulista às interpretações contidas no PCB e no ISEB; críticas essas voltadas à “falta de rigor de seus trabalhos”, à “sua estreita ligação com o estado” e a perspectiva dualista que haveria nas análises desses, que entenderiam o “atraso” e o “moderno” enquanto opostos, não compreendendo sua relação intrínseca (ASSUNÇÃO, 2014, p. 42).

Críticos do nacionalismo (que, por ser “ideológico”, não serviria como instrumento analítico nem como ferramenta de intervenção prática) e do estatismo, atribuem o subdesenvolvimento principalmente à incapacidade da burguesia brasileira de apresentar-se como representante dos interesses nacionais e levar a cabo a modernização autônoma. A ligação com o capital estrangeiro não impede, apenas condiciona – ainda que de forma nefasta (concentrando renda no plano econômico e impondo-se autoritariamente no plano político) – o desenvolvimento nacional. Para eles, a participação das empresas multinacionais e das instituições internacionais de financiamento é imprescindível ao desenvolvimento nacional. Deslocando a possibilidade de resolução dos problemas da modernização do estado para o âmbito da sociedade civil, ao mesmo tempo são avessos aos acordos interclassistas. Valendo-se de uma eclética gama de referências teóricas – em especial, de conceitos marxistas formulados em termos weberianos –, a escola sociológica paulista ganha extraordinária influência nos meios de esquerda com as teorias da marginalidade, da dependência, do autoritarismo e, principalmente, do populismo (Ibid, p. 42).

A partir do conceito de populismo buscou-se compreender como se deu a articulação entre desenvolvimento capitalista, frente aos embates de uma classe média e de uma elite industrial, ambas precárias no desenvolvimento de sua autonomia política, e sua relação com domínio oligárquico que reinava no Brasil até 1930. Num período de diversas crises – tanto internas, quanto externas – a incapacidade de frações da classe dominante de exercerem a

hegemonia política por si mesmas e tendo a recente ascensão das massas proletárias à cena política, além das consequências de uma perspectiva liberal em baixa no mundo, principalmente após a crise de 1929, permitiu uma maior autonomia relativa do Estado frente à sociedade civil, isto é, frente às classes proprietárias – minorando, portanto, os conflitos intra-classes. A legitimidade para esse novo regime encontrou-se nas massas. Formou-se, a partir de então, um estado de compromisso com introdução a conta-gotas de direitos, especificamente trabalhistas, e garantidos tão somente ao trabalhador urbano e, mais posteriormente, o aumento na população votante no período que vai de 1945 até 1964. Entende-se, portanto, que desde os anos 30 até o golpe empresarial-militar de 1964 vigorou o populismo, enquanto uma variante dominante do nacionalismo, possuindo em si um processo de industrialização e um projeto trabalhista (GORENDER, 2014, p. 18).

Enquanto, segundo Losurdo, o que se vê nos exemplos dos países centrais, principalmente EUA, França e Inglaterra, em que o bonapartismo se coloca como forma de remediar a ascensão das massas, bem como sua auto-organização, permitindo a garantia de certos direitos através da exportação do conflito; no Brasil é a precariedade (segundo teóricos do populismo) das organizações de classe, por conta da estrutura socioeconômica do país, que impede o estabelecimento por aqui de uma classe média e industrial capazes de se autonomizar para tomar o poder e dirigir o processo de modernização capitalista, sendo obrigadas a se unirem com setores da oligarquia em crise. Weffort, um dos principais nomes no debate sobre o populismo no Brasil, diz

Nessas condições de compromisso e de instabilidade, têm sua gênese algumas das características mais notórias da política brasileira, entre as quais convém destacar alguns componentes que virão a ser fundamentais no populismo: *a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*. Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e aí está uma das raízes de sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro, sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam. Contudo, uma situação desse tipo não poderia ser durável, e a manifesta instabilidade dos primeiros anos do novo regime denunciava claramente a precariedade desse equilíbrio entre interesses diferentes e algumas vezes contraditórios. A ditadura foi uma solução para a consolidação do poder pessoal de Vargas e para a instauração do Estado como soberano perante as forças sociais em presença. A alternativa à ditadura consistiria no ensaio de ampliação das bases sociais do poder (2003, p. 78, grifos originais).

Esse “estado de compromisso” se cristalizou institucionalmente pela constituição de 1934, durante esse momento do governo Vargas nenhum grupo havia conseguido transformar

interesses particulares em interesses gerais da nação. É justamente essa instabilidade fruto desse arranjo precário, comentado por Weffort no trecho acima, que se pode pensar o contexto do golpe de 1937. Gorender parece, nesse sentido, concordar com Weffort, apontando que principalmente após 1932, com as inúmeras crises entre os setores dominantes, industriais e agro-exportadores, além das movimentações das classes populares, tendo como maior exemplo o Levante de 1935 da ANL, a liderança forte representada pelo Estado Novo teria sido uma necessidade dos industriais. Essa nova configuração permite, assim, a supremacia econômica destes, além de lançar as bases de um bloco econômico burguês (1981, p. 22). Ainda que o Estado Novo tenha garantido essa supremacia, não significa dizer que dessa forma havia terminado as tensões e contradições entre os setores da burguesia industrial e os proprietários de terra. É por isso que torna-se necessário o papel intermediário do Estado, atuando não só com o aparelho burocrático, mas também com a interferência constante das Forças Armadas na vida política nacional (DREIFUSS, 1981, p. 23), já que, na falta de partido, o exército passou a tentar ampliar sua função “extra-militar” (MORAES in PINHEIRO, 2015, p. 93).

Octávio Ianni é um dos pensadores brasileiros que trabalha com o conceito de populismo, embora o faça de maneira distinta da apresentada por Weffort. Uma de suas principais diferenças é apresentada no seu *A Formação do Estado Populista na América Latina*²² e trata do “vazio político” considerado por Weffort enquanto a singularidade presente no populismo; sem hegemonia no momento da crise oligárquica e sem classes capazes de assumi-la, resta ao líder ou partido populista ser o intermediário entre as classes dominantes e as massas. Essa conformação encobriria para essas últimas as relações de classe, pondo em seu lugar a ideia de povo/nação (WEFFORT apud IANNI, 1975, p. 43).

No entanto, para Ianni a configuração populista deve-se menos ao “vazio político”, do que às mudanças ocorridas naquele momento, modificando as relações sociais, políticas e econômicas, a partir do que significou de fato o “colapso do poder oligárquico”, isto é, “a crise, às vezes profunda, das relações e estruturas de dependência organizadas com fundamento na economia primária exportadora”. Sendo o surgimento de novas formas de governo nada menos que o resultado dessas “mudanças institucionais, ou rupturas estruturais internas e externas” (IANNI, 1975, p. 45). Em termos internos Ianni considera a nova configuração entre as relações

²² IANNI, Octávio. “Pacto Populista e Bonapartismo” In *A formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

sociais, políticas e econômicas que reorganiza o Estado. Externamente está representado a “reformulação, às vezes ampla, das relações e estruturas de dependência” (Idem, p. 45). Nesse contexto está o terreno fértil para que novas formas de composição político-econômica surjam, no caso, o populismo. “Nessa perspectiva, o pacto populista parece um *intermezzo*, de cunho bonapartista, na transição da hegemonia oligárquica à hegemonia propriamente burguesa, entendida esta como burguesia de base urbana ou industrial” (Idem, p. 45).

Além de considerá-lo enquanto *intermezzo* do bonapartismo, Ianni considera que existem elementos deste presentes no populismo. O primeiro seria o equilíbrio das classes que compõem a "coalizão populista", o segundo é o fortalecimento do executivo (em detrimento do legislativo), em perspectiva semi ou puramente ditatorial e, por último, a incorporação ao aparelho estatal de partidos e sindicatos, buscando ligar o líder, representante máximo da nação, ao seu povo, isto é, acima dos conflitos de classe.

A diferença essencial entre populismo e bonapartismo, ainda segundo Ianni, é que o segundo “resulta de uma luta intensa pelo poder”, quando “nenhuma das classes sociais em confronto dispõe de condições para impor o seu mando às outras” (Idem, p. 47). Aqui encontra-se a influência de Gramsci a partir do entendimento de um conceito correlato, o cesarismo. Nele há um “equilíbrio catastrófico”, onde as classes em disputa “equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar à destruição recíproca” (GRAMSCI Apud Ianni, p. 48). Dessa forma, nessa “coalizão de antagônicos” as classes sociais permanecem se desenvolvendo enquanto classe nas relações econômicas. No bonapartismo, portanto, com a agudização das contradições entre as classes, somado à relativa impotência dessas, há uma acomodação entre elas, dando origem a uma paradoxal “paz de antagônicos, estabelecida pela impossibilidade de continuação da luta” (Idem, p. 48).

Tal característica não estaria presente nos regimes populistas de Vargas e Perón,

onde as contradições principais eram as contradições entre a própria coalizão e as estruturas oligárquicas e imperialistas que se encontravam fora do poder. Isto não significa que os antagonismos internos, em ambos, não eram um elemento dinâmico importante. Mas eram secundários na definição do regime (Idem, p. 48).

Nesse sentido, parece que o contexto em que estariam presentes os principais elementos para uma saída bonapartista seria o que deu origem ao golpe de 1964, tendo sido o período 1930-1964, justamente esse *intermezzo* característico do populismo, que serviu como a

passagem, de certa forma, entre o período oligárquico e a dominação burguesa. Durante esse processo, tanto as classes dominantes, quanto os trabalhadores, ganharam força e forma e tal arranjo terminou, colapsando, no momento em que o equilíbrio minimamente estável foi colocado em xeque pela pressão das massas organizadas. As saídas pelo alto, constantes na história brasileira, apresentar-se-iam novamente em 64, junto com a ideia também defendida por Ianni, de uma contrarrevolução permanente por parte da dominação burguesa.

Numa outra perspectiva e trazendo as contribuições de Poulantzas²³ na sua leitura sobre o período em questão e, principalmente, na análise das frações de classe e do bloco de poder, Boito Jr. (1984)²⁴ entende que o populismo não teria surgido em 1930, muito menos acabado com o golpe em 1964, embora durante esse período a "política populista [tenha se] afirma[do] como elemento específico definidor da política de desenvolvimento do Estado (burguês) brasileiro" (p. 21-2). Além disso, o autor considera haver uma ideologia populista e uma prática populista. Nesse sentido, tratando especificamente do período 1930-1964, afirmou que

a política populista é, no essencial, a política de industrialização capitalista dirigida pela burocracia de Estado (cúpulas da burocracia civil e das forças armadas), apoiadas em amplos setores das classes populares [...] e que se encontra fora do controle das frações burguesas que integram o bloco no poder (conjunto heterogêneo de classes e frações exploradoras que, enquanto tais, exercem o poder de Estado). (Ibid, p. 22, grifos originais)

A posição que a burocracia de Estado ocupa nesse arranjo seria um dos fatores fundamentais para compreendê-lo, já que ela é capaz de se constituir enquanto uma “*força social distinta* (classe, fração de classe ou categoria social capaz de definir ou se organizar em torno de objetivos políticos específicos) que dirige a política de desenvolvimento industrial do Estado” (Ibid., p. 22). Alguns seriam os fatores que possibilitaram que essa burocracia estatal possuísse, naquele momento, o ímpeto desenvolvimentista-industrializante; nas Forças Armadas formou-se, no entreguerras, a perspectiva de que desenvolvimento industrial era sinônimo de segurança nacional, por outro lado, a partir da crise de 29, que restringiu profundamente o mercado externo, era preciso encontrar saídas que diminuíssem a dependência das exportações. Contudo, essa burocracia apenas obteve êxito enquanto núcleo capaz de pôr em prática e dirigir essas políticas, pela crise de hegemonia instaurada no bloco no poder a partir da Revolução de 30 (Ibid., p. 26-7).

²³ POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais...

²⁴ BOITO JR. Armando. **O Golpe de 1964: A Burguesia Contra o Populismo**. Brasiliense, 2ª edição, São Paulo, 1984.

Fora do bloco no poder, enquanto classe-apoio dessa burocracia encontrava-se, num primeiro momento, a baixa classe média assalariada e, em seguida, amplos setores do proletariado. E nessa concepção não se tratava simplesmente de conceber – numa lógica de massa amorfa manipulada pelos líderes carismáticos –, especialmente aos setores do proletariado, como normalmente se entende quando fala-se em populismo. De qualquer maneira, era preciso explicar o porquê aqueles setores teriam funcionado como classe-apoio para a burocracia estatal. Primeiro por esta ter conseguido organizá-los, a partir das crises e críticas ao período anterior a 30, embora suas políticas não representassem diretamente essas classes, sendo prioritariamente benéficas à burguesia industrial. No entanto, eram concedidas benesses, a mais cara delas estava contida na legislação trabalhista. Outro fator importante encontra-se na questão ideológica; o populismo nesse campo seria um culto pequeno-burguês do Estado. Assim a baixa classe média, principalmente – mas sabe-se que essa ideologia penetrou profundamente em amplos campos do proletariado – possui no Estado a esperança de ser protegida por ele contra os desmandos da classe dominante. Dessa maneira, o Estado a organiza, a dirige, a protege. Não é à toa que houve, nesse período, a abertura institucionalizada de canais de participação para as camadas urbanas (Ibid., p. 24-5);

Já no interior do bloco no poder há uma disputa travada especialmente entre, de um lado, o setor da burguesia industrial, aliado à burocracia estatal e, de outro, a grande burguesia comercial (importadora e exportadora), aliada ao imperialismo estadunidense. Ainda segundo Boito Jr.

A política econômica industrialista, inaugurada a partir de 1930, exigia, de um lado, a reformulação da antiga divisão internacional do trabalho e, de outro lado, buscava desviar os investimentos imperialistas do setor de serviços públicos para o setor industrial. (Ibid., p. 34)

O populismo nesse caso seria não apenas uma política de industrialização, mas também continha em seu cerne o apoio das classes populares. A crise de 1953-1954, que sucedeu-se no suicídio de Vargas, teria sido uma crise da política populista e o golpe de agosto teria sido realizado pelas frações burguesas contra essa política implementada pelo governo Vargas (Ibid., 34-5); fator que demonstrava a relação contraditória vivida entre este e os setores da burguesia industrial²⁵.

²⁵ Boito Jr., em texto mais recente, debatendo com a tese de André Singer, qual seja, a de que um bonapartismo teria se estabelecido a partir do segundo governo Lula, demonstra que, embora não considere bonapartista o período em questão (1930-1964), há nesse características que o aproximem do conceito: “Um governo pode priorizar os

A relação com os setores populares também era contraditória, mesmo embora tivesse havido algumas pequenas concessões do governo, que enfrentou a mais dura insatisfação popular até então no ano de 1953, com a greve dos 300 mil. Do outro lado da moeda, a política populista também era criticada pela alta classe média, que considerava, inclusive, que as manifestações populares eram incentivadas pelo próprio governo. Entre algumas medidas realizadas em junho daquele ano com o objetivo de conceder e recuperar o apoio popular ao governo, encontrava-se a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho. Era preciso encontrar um equilíbrio entre a insatisfação popular e a ofensiva da burguesia comercial que se aproveitava da crise política (Ibid., p. 76-78).

No entanto o reforço do discurso, não necessariamente da prática, nacional-reformista, a criação da Petrobrás, a proposta de um reajuste salarial em 100% apresentada por João Goulart em fevereiro de 1954 – que culminou na sua deposição logo em seguida – levou ao rompimento da fração industrial com o governo Vargas, aliando-se à burguesia compradora e ao imperialismo. Acuado por todos os lados, a saída encontrada pelo governo foi a de maior radicalização, aprovando no dia primeiro de maio daquele ano o reajuste que depôs João Goulart como ministro.

Apesar da crise apresentada pela política populista, principalmente com as insatisfações populares e as greves, organizadas por sindicatos livres e lideradas em boa parte pelo PCB, Boito Jr. defende que não havia um rompimento geral com as principais práticas da política populista, principalmente no que concerne aos sindicatos oficiais e ao papel do Estado em relação a esses (Ibid., p. 87).

Do outro lado desse equilíbrio, encontravam-se também de maneira precária as massas populares que ainda não se constituíam e se organizavam enquanto classe, e que, segundo Weffort (2003), somavam-se na equação de forma contraditória, já que eram tanto manipulados pelo complexo populista, quanto representavam uma ameaça para tal (Op. Cit., p.71). No

interesses de uma determinada fração da burguesia e, nem por isso, ser sustentado de modo claro pelo setor que ele beneficia. Essa foi a regra no Brasil no período em que o velho desenvolvimentismo articulou-se com o populismo (1930-1964). Naquele período, a burocracia de Estado logrou obter, dada a crise de hegemonia no interior do bloco no poder, uma margem de manobra muito grande e foi ela que estabeleceu, por cima das frações burguesas, o perfil da política de desenvolvimento industrial (Farias, 2010). Na situação de então, foi comum a burguesia industrial posicionar-se, apesar de ser a principal beneficiária da política de Estado, contra os governos populistas nas conjunturas de crise (Saes, 1974). Tal se deu de modo claro no golpe de Estado de 1954 que depôs Getúlio Vargas (Boito, 1982). Nós poderíamos aproximar uma situação como essa do tipo de bloco no poder que se constitui num Estado bonapartista.” (BOITO Jr., 2013, p. 175).

entanto, vale questionar até que ponto não havia uma constituição de uma classe operária organizada no seio das ditas massas populares.

Um bom exemplo talvez esteja no caso do, ainda assim denominado, Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922 e que passou maior parte da existência na clandestinidade. Retornando à legalidade com o fim do Estado Novo, em 1945, torna-se, já em 1947, o quarto maior partido nas eleições estaduais, terceiro maior em termos de voto popular no Estado de São Paulo, além de ter maioria dos membros nas eleições para a câmara municipal na capital federal (DREIFUSS, 1981, p. 29). Isso o rendeu no mesmo ano, agora sobre um período considerado democrático, em que houve um aumento substancial no número de votantes, mais uma vez, a ilegalidade e a cassação, no ano seguinte (1948), dos seus mandatos (GORENDER, 2004 p. 24). Nota-se aqui, como não foi permitido ao PCB o papel de articulador das classes populares, ainda que o partido demonstrasse capilaridade para tal.

No entanto, não se pode dizer somente que essa impossibilidade é resultado simplesmente das reações da classe dominante frente ao PCB, é preciso também discutir as próprias posições que o partido assumiu durante esse período, algo que nos ajudará a compreender também o contexto até o golpe de 1964. Após a derrota do nazifascismo e antes do início da Guerra Fria o partido manteve sua orientação em defesa de uma união nacional contra o fascismo; Gorender (2004) aponta que o partido passou de uma posição pacifista para a de violência revolucionária imediata, demonstrado com o “Manifesto de Agosto”, assinado por Prestes e lançado já durante o governo Dutra, em agosto de 1950, ali estaria uma espécie de catastrofismo apocalíptico, segundo aquele (p. 23-4).

Em 1946 temos uma nova constituição, estabelecendo instituições republicanas, liberais. No primeiro governo desse período, no caso, do militar Eurico Gaspar Dutra (PSD), vigorou uma espécie de *laissez-faire* econômico, onde favorecia-se a empresa privada, bem como uma relação íntima com os EUA, inclusive com a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, formada no Ministério da Fazenda, que reunia técnicos de ambos os países (DREIFUSS, 1981, p. 28-9). E era contra isso que o manifesto já aludido se contrapunha, denunciando que

Estamos em face de um governo de traição nacional que entrega a nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios anglo-americanos, governo que constitui a maior humilhação até hoje imposta à nação, cujas tradições de altivez, de independência, de convivência pacífica com todos os povos são brutalmente negadas e substituídas pelo

servilismo com que esse governo se submete à política totalitária e guerreira do Departamento de Estado norte-americano.

[...]

Mas é especialmente no setor das forças armadas que agem com maior desenvoltura e cinismo, por meio das missões militares que subordinam ao comando americano todas as forças armadas do país, controlam e ocupam as bases militares aéreas e navais, tudo no sentido da preparação aberta para a guerra.²⁶

A partir desses diagnósticos apontava-se a saída para uma grande Frente Democrática de Libertação Nacional, que deveria ser organizada em todos os âmbitos da sociedade e ter a direção da classe operária, visando sair das amarras imperialistas, conquistando a soberania nacional e construindo uma democracia popular.

Em 1951 Vargas chega ao poder pelo voto popular. Dreifuss (1981) dividiu o seu governo em três períodos; o primeiro teria tido vigência até meados dos anos 1953, tendo o seu fim ocorrido por pressões de sindicatos e de setores nacionalistas, já que seu governo até então vinha tendo uma forte presença empresarial, além de lançar mão de políticas anti-inflacionárias e buscar ajuda com os EUA. O segundo momento teria ocorrido com João Goulart no Ministério do trabalho, momento em que se polarizou a posição nacionalista/trabalhista em relação aos setores considerados “entreguistas”, tudo isso convivendo com a pressão do exército no governo, terminando, enfim, com a demissão de Goulart e do ministro da guerra, General Leal. Por fim, a pressão militar apoiada por empresários e pelos EUA, somados aos ataques da imprensa e da oposição, tendo como maior expoente o líder da oposição, Carlos Lacerda, levou ao golpe em 1954 e ao suicídio de Vargas (p. 32). É preciso lembrar que não era bem aceito, num contexto de Guerra Fria, um governo com tendências nacionalistas (MORAES in PINHEIRO, 2015, p. 94).

Embora o governo Vargas tenha se colocado em determinado momento de forma antiimperialista, o PCB ainda identificava nele um governo de traição, chamando, inclusive, pela sua derrubada (GORENDER, 2004, p. 25). O quarto congresso do partido, no entanto, ocorrido em 1954 e após o suicídio de Vargas, passa a incluir a burguesia nacional dentro da frente revolucionária, numa perspectiva antiimperialista e antifeudal²⁷. Tem-se aqui demonstrado, mais uma vez, o debate em relação às análises e interpretações sobre os caminhos possíveis para a conquista de uma estrutura democrático-burguesa no país e, posteriormente, o avanço para uma revolução socialista. Compreender que havia resquícios feudais no Brasil que precisavam ser superados, bem como a crença de que possuíamos uma burguesia nacional capaz de se colocar

²⁶ VINHAS, Moisés. O Partido - A luta por um partido de massas 1922-1974. Hucitec, São Paulo, 1982.

²⁷ Ibid.

contra os interesses agrários e imperialistas, permitia submeter as organizações populares, assim como o partido comunista, ao papel de subordinados numa possível aliança com a burguesia. Tal concepção de revolução em duas etapas obteria sua forma mais nítida na declaração de Março de 1958²⁸ (Ibid., p. 34-5).

A revolução precisa ser realizada em duas etapas? Quais os possíveis aliados das classes trabalhadoras frente ao inimigo externo, frente ao imperialismo? Esse debate apresenta-se de maneira mais relevante após o fim da Segunda Guerra e com o início da Guerra Fria. Aquela foi fundamental enquanto um divisor de águas para estabelecer a hegemonia econômica e política do capital monopolista nos grandes centros industriais e financeiros, tendo, sobretudo, as corporações multinacionais enquanto organização por excelência da expansão capitalista nas diversas formações sociais e nacionais. O Brasil é um desses exemplos, onde o capital “nacional” apenas mantinha sua existência de maneira significativa se fosse em sua forma associada ou em empresas estatais (DREIFUSS, 1981, p. 49).

O êxito da nossa revolução em condições tão “adversas” ou inusuais explica-se pela colaboração externa que nossas classes dominantes possuíam, assim como um contexto favorável para conjugar certos ímpetus de industrialização e crescimento econômico, auxiliados, é claro, pelas nações hegemônicas do capitalismo. Outro fator foi a identificação das nossas Forças Armadas com as classes dominantes. Para além das vantagens no campo burguês, há as fraquezas das suas classes antagônicas ou, no mínimo, divergentes, que não possuíam força organizativa e, às vezes, sequer ideológicas, para se converterem em um poder de desequilíbrio, caso dos setores reformistas e nacionalistas e, principalmente, o socialista (FERNANDES, 1976, p. 310).

Não apenas nossos braços e pernas eram extensões do corpo do capitalismo internacionalizado, atuando de forma imperialista pelo mundo, mas as superestruturas burguesas também tornaram-se consequência inerente dessa relação, ainda mais se levarmos em consideração o contexto de divisão do mundo pós Segunda Guerra. A dominação burguesa no Brasil representava os valores capitalista-ocidental-cristão-liberal e consolidou-se de maneira autocrática; se pudermos usar de um exemplo: para que não se repetisse o caminho cubano, façamos antes uma ditadura de classe preventiva. Façamos a “revolução” antes que o povo a

²⁸ Declaração Sobre a Política do PCB - Comitê Central do Partido Comunista do Brasil - Março de 1958. Marxists.org, 2021. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em: 12/10/2021.

faça. Nesse sentido, sufocam-se as perspectivas populares e democráticas que possuíam interesses na diminuição da desigualdade, na maior inserção popular na política, na garantia de direitos etc, e realiza-se um intenso desenvolvimento industrial que não é capaz de dirimir os efeitos perversos da nossa configuração de capitalismo dependente e subdesenvolvido, que ergue-se sobre a pobreza; ao contrário, aprofunda cada vez mais esse caráter.

Significativa também foi a Segunda Guerra para a postura que as Forças Armadas iriam adquirir após a participação da FEB naquela, fator que esteve associado à criação da Escola Superior de Guerra (ESG)²⁹, junto com o debate político realizado em torno da exploração do petróleo, tornando-se questão para o problema da segurança nacional. Oliveira (1976) defende que deve-se compreender a sua criação quando o debate em torno do petróleo ultrapassou os limites apenas do Estado para ocorrer também na opinião pública (OLIVEIRA, 1976, p 20). Ainda segundo o autor, o significado da sua criação garantiu “a presença política de um grupo militar em alta posição do aparelho de Estado”, o que levou a consequente “não dispersão deste agrupamento político-militar”, que “se especializ[ou] no estudo da segurança nacional no âmbito da Guerra Fria, inicialmente, e no da ‘Guerra revolucionária’ no contexto seguinte”, o que permitiu também assegurar “a possibilidade de difusão ideológica entre as ‘elites civis e militares” (Ibid., p. 20-1).

A atuação da ESG se realizou prioritariamente através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), assumindo uma postura crítica em relação ao Estado brasileiro daquele período, que não era capaz, segundo os esguianos, de produzir uma política de desenvolvimento econômico compatibilizando, ao mesmo tempo, uma política de segurança nacional (Ibid., p. 25). Esta concepção de segurança nacional estava completamente ligada ao contexto de disputa entre o mundo capitalista, ocidental e o mundo socialista, oriental, significando para os proponentes da DSN o alinhamento brasileiro ao modelo encabeçado pelos EUA (Ibid., p. 26-7). Oliveira identifica, inclusive, pontos de contato entre a DSN e o chamado “pensamento autoritário” de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos etc, não apenas por questões de linhagens do pensamento mas, inclusive, por terem sido os proponentes e participantes da ESG, contemporâneos daqueles autores (Ibid., p. 35-36). Haveria, assim, uma crítica às elites no que tange à incompreensão da realidade nacional, tendo o Estado, na figura dos militares, o papel de aglutinar os interesses nacionais, acima das contradições de classe e, obviamente, impedindo que

²⁹ Sua criação foi sancionada dia 20 de Agosto de 1949.

a entrada disruptiva das massas na arena política seja um risco para a adesão ao comunismo (Ibid., p. 37-40).

Tudo isso imbrica-se com as mudanças socioeconômicas que processavam-se no pós-guerra, que geraram por aqui, através da penetração de um bloco multinacional direcionado por interesses norte-americanos, uma “crescente concentração econômica e centralização de capital com a predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas” e um “processo de controle oligopolista de mercado” (DREIFUSS, 1981, p. 49). A ESG, portanto, para além dos seus próprios objetivos relaciona-se diretamente com esse processo, tendo papel fundamental para beneficiá-lo e facilitar a sua realização. Nessa perspectiva não há contradição entre um projeto de segurança nacional e a sua vinculação com interesses externos, tanto políticos quanto econômicos. Já que justamente esse interesse nacional esteve vinculado, de maneira subordinada, aos interesses do bloco capitalista-ocidental-cristão liderado pelos EUA.

No entanto, o papel militar não deve ser superestimado no processo que levou à conquista do Estado pelo bloco multinacional e associado analisado por Dreifuss (1981) no golpe de 1964. O que ficou demonstrado através de sua significativa pesquisa é que esses interesses “formaram, com a estrutura técnica-burocrática, uma série de *anéis de poder burocrático-empresariais* observando a articulação de seus próprios interesses” (Ibid., p. 73, grifos originais), que eram formados por

a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados; b) Administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia; c) oficiais militares. (Ibid., p. 71)

Essa estrutura formou uma espécie de administração paralela no governo de Juscelino Kubitschek, atuando não apenas de maneira a garantir seus interesses econômicos, mas sobretudo através de seus interesses políticos (Ibid., p. 73). É preciso lembrar que não mais está-se tratando de um período de *livre concorrência* do capitalismo expressado principalmente no século XIX; agora, para gerir a reprodução do capitalismo em sua forma monopolista o planejamento é fundamental; assim, tanto o controle estatal por parte dos interesses dessa forma de capital se faz imprescindível, quanto a garantia de uma mínima coesão das classes empresariais e suas respectivas frações politicamente organizadas. Dreifuss (1981) aponta três das principais estruturas políticas utilizadas para cumprir esses objetivos; “escritórios de consultoria tecno-empresarial”, “associações de classe empresariais renovadas” e “grupos de

ação expressando os interesses empresariais modernizante-conservador”, sendo o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) como o mais importante (Ibid., p. 82-3).

O que se tornou uma espécie de administração paralela no governo JK, se transformou em governo com a chegada de Jânio Quadros à presidência (Ibid., p. 126). No entanto o bloco histórico populista que havia se formado no Brasil ainda era um empecilho para a concretização dos interesses multinacionais e associados, o “compromisso” surgido a partir de 1930 tornava-se cada vez mais precário e, através da pressão das classes populares, cada vez mais organizadas e autônomas, colocavam em risco o projeto da classe dominante, que ainda não era capaz de aglutinar em si os interesses populares. Era urgente, portanto, derrotar a estrutura populista que vinha se tornando, pelo processo das lutas de classes, um instrumento de participação popular.

É preciso retornar um pouco e tentar reconstruir os elementos que levaram, no período em questão, as camadas populares ao papel fundamental de desequilíbrio do bloco histórico populista, fator que as tornou a maior preocupação dos interesses que realizaram o golpe em 1964. Nesse sentido, voltemos ao PCB.

Após o período de sua maior influência (1945 até 1947), momento em que, como vimos, o partido voltou à ilegalidade, apenas nos anos 1953, um ano após o seu retorno aos sindicatos oficiais, dos quais estava afastado desde 1947, quando buscou organizar, de maneira infrutífera, centros operários fora do escopo do ministério do trabalho, que o PCB conseguiu retomar sua influência, liderando a greve dos 300 mil ocorrida em março-abril, evento que marcou a chegada das lutas operárias que culminaria de forma decisiva nos acontecimentos do início dos anos 60 (GORENDER, 2014, p. 26-27).

No governo JK viriam à tona os principais documentos pecebistas que se defrontaram com o golpe de 64, sendo os principais a Declaração de Março de 1958 e as teses do V congresso. Segundo Pinheiro (2015), as mudanças ocorridas na linha política do partido o fizeram perder a sua capacidade de articulação da classe operária, não conseguindo nem mesmo manter a hegemonia no campo da esquerda (PINHEIRO, 2015, p. 16). A principal crítica é em relação à incompreensão sobre o papel que a “burguesia nacional” desempenhava naquele momento, considerado por Gorender (2014) uma ilusão crer que a proletariado seria capaz, inclusive, de possuir a hegemonia sobre aquela numa possível aliança antifeudal e anti-imperialista e de realizar a segunda etapa (a revolução socialista) de forma pacífica. Por outro lado, o principal acerto identificado por ele estaria na frente de atuação pelas reformas de

base (Op. Cit., p. 34-35).

Há, nesse período pré-golpe, uma intensa radicalização da luta de classes. O PCB, em 1962 racha, dando origem ao PCdoB, que retomou as teses do quarto congresso e defendia, portanto, a conquista de um governo popular através da violência revolucionária. A UNE, dominada, no período entre 1950 até 1956, por setores udenistas, terá diretorias eleitas pela aliança PCB e Ação Popular entre 1961-1963. Francisco Julião, líder da luta camponesa, ao visitar Cuba em 1961, retorna com uma perspectiva para a luta no campo via guerrilhas e lança, no ano seguinte, o movimento revolucionário Tiradentes, com focos de guerrilha. Gorender ainda caracteriza a crise de 1962-1965 como a primeira crise cíclica nascida no processo interno do capitalismo brasileiro, revelando seu amadurecimento (Op. Cit, p. 40-8).

Através de uma frente de mobilização popular tentou-se lutar pelas reformas de base, no entanto, tal bandeira, que unificou os setores populares, causou, do outro lado, cisões nas frações das classes dominantes; o setor industrial somado ao capital estrangeiro formulou a atualização da modernização conservadora para barrar as reformas e a mobilização popular. O PCB, que representava naquele momento a maior força política à esquerda, subordinado a uma aliança com a burguesia nacional, representada no governo Jango, foi incapaz de resistir ao golpe. Diferente da perspectiva apresentada por Dreifuss, Gorender defende que não havia naquele momento muita articulação para consecução do golpe. E seu objetivo, diferente do que foi apontado pelo primeiro, não era a conquista da hegemonia da fração multinacional-associada da burguesia, mas o oposto, isto é, a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremo (Op. Cit., p. 58-9).

2.1.2. Críticas ao populismo

Embora existam autores que relacionem populismo e o bonapartismo, há também quem se utilize apenas de um dos conceitos, sendo expressamente crítico ao outro. É o caso de Moniz Bandeira que considera contraditório a avaliação em torno do populismo enquanto útil, em termos de manipulação das massas, para a classe dominante, mas ao mesmo tempo tendo sido

derrubado por essa; além do alto grau de generalização, podendo abranger diversas figuras. Preferindo, portanto, o conceito de bonapartismo.

Moniz Bandeira vai além: elenca as explicações de Weffort, para quem o populismo é um ‘estilo político manifestamente individualista’, com uma demagogia baseada na ‘impotência pequeno-burguesa’, constitui sempre uma ‘traição à massa popular’ que dilui as contradições de classe na fórmula vazia ‘povo’ e não cria partidos estruturados e relativamente permanentes; seu programa resume-se à personalidade do líder carismático, que adormenta parte do proletariado e capta as necessidades das massas para manter o status quo (ASSUNÇÃO, 2014, p. 50).

Tratado por Assunção como a variante mais radical da crítica ao populismo, Chasin considera uma série de problemas nessa interpretação sobre a realidade brasileira e, assim como Bandeira, aponta a abrangência generalizante como uma delas. Mas vai além, compreendendo que o populismo não é capaz de demonstrar sua pertinência na diferenciação teórica em torno da dominação capitalista. Pois seus autores, ao salientarem o poder que tal conformação possui ao obnubilarem a divisão da sociedade em classes pela sua substituição unificada na ideia de nação/povo, desconsideram que esse processo é condição intrínseca da própria dominação burguesa (CHASIN, 2000, p. 123), que apresenta em termos jurídicos e políticos uma universalidade que visa camuflar a própria divisão socioeconômica da contradição capital e trabalho. E a compreensão dessa dominação está presente na teoria populista menos pelos seus componentes de classe e da configuração específica de constituição do capitalismo no Brasil, do que pela ideia de manipulação, numa *grande artimanha* levada a cabo pelos líderes populistas e seus partidos para engambelar as massas; que ao tomarem consciência desse *feitiço* tornam-se cúmplices da própria dominação (Ibid., p. 123).

E aqui chegamos a outro ponto importante da crítica apresentada por Chasin, justamente sobre uma das razões de ser dos teóricos do populismo, isto é, responder às alianças de classe da esquerda (PCB, principalmente) no período.

É esse precisamente o ponto nevrálgico da teoria do populismo. Ela concentra todos os males na política de aliança de classes, que à guisa de erudição e grande teoria ela cerimoniosamente “desvenda” como política de aliança de contrários. Eis que ardil populista é decifrado como o pecado capital da aliança de contrários. O que nada mais significa que o pecado da aliança é o inverso da virtude da independência de classe. Redundando, na generalidade em que a fórmula é estabelecida e sustentada, que a política virtuosa é a arte e a vontade do isolamento.[...]

Em realidade, a independência política é a condição de possibilidade de uma aliança real, figura constituída precisamente pela conjunção de entidades distintas que resguardam suas identidades, num empenho conjunto, e que só pela manutenção da diversidade (inclusive no caso de contraditórios) dão lugar à sua entificação. Na junção de frações do mesmo gênero (por exemplo, partidos da mesma extração social

ou representativos de um mesmo universo teórico-ideológico), melhor seria pensar em unificação temporária do que em aliança. Sem a independência dos aliados, desaparece a diversidade e com esta a própria aliança, seja pela incorporação deliberada de uma das partes à outra, seja negativamente pela reles deliquescência caudatária de uma delas, que provoca não só o desaparecimento do elo que articula os aliados, como também desmancha o integrante despersonalizado e decaído. (Ibid., p. 124, grifos do autor)

E, por fim, presos aos aspectos politicistas, tais explicações não alcançariam o cerne da questão; as relações estruturantes que condicionam e que se apresentam enquanto sintoma no que foi denominado de populismo, isto é, da incapacidade do capital constituído na realidade brasileira, no caso, do que Chasin chamou de “via colonial de objetivação do verdadeiro capitalismo”, que resulta na “incompletude de classe da burguesia [que] não pode ir além de uma hegemonia incompleta – impossibilitada que está de ser econômica e politicamente apenas por si mesma.” (Ibid., p. 132).

É importante registrar que, embora o nosso enfoque esteja no debate marxista, o conceito de populismo foi amplamente criticado por outras vertentes teóricas. Algo compreensível se levarmos em conta sua relevância adquirida para o debate teórico e público, presente até os dias de hoje. Gomes (1996) aponta que houve, nos fins dos anos 70 e início dos 80, uma maior insatisfação com o uso do conceito. Tal insatisfação poderia ser associada tanto ao contexto – ressurgimento dos movimentos sociais, ao processo de abertura do governo Geisel, de maior mobilização social, à retomada do sindicalismo, etc. –, quanto a mudanças de orientações teóricas – momento da “crise dos paradigmas totalizadores”. Houve dentro do próprio marxismo renovação e disputa. E. P. Thompson, pela relevância adquirida, representou por aqui essas mudanças e sua leitura passou a competir com a de Gramsci, que era “muito utilizado nas análises sobre o fenômeno populista no Brasil” (GOMES, 1996, p. 13).

Nesse contexto é que surgiu a pesquisa que culminou na tese³⁰ de Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*. Como a própria pesquisadora aponta

a idéia era investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo a ela, durante todos os “tempos”, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. A abordagem se recusava a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, não importando se mais ou menos completa. Aqui residia a grande dificuldade, teórica e histórica, de utilização do conceito de populismo que, como foi visto, remetia à idéia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambigüidades. Por razões que se prendiam a seu próprio uso compartilhado, tudo o que estivesse qualificado como populista enfatizava a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas, pois inclusive uma das questões mais

³⁰ GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Editora FGV, 2015.

complexas desta formulação era a própria negação do estatuto de classe (por falta de organização e consciência) aos trabalhadores inclusos nestas massas que, sem dúvida, os extrapolavam (Ibid. 14).

Dessa forma, era preciso questionar diversos pressupostos dos teóricos do populismo, tais como: a “dicotomia [...] entre autonomia e heteronomia da classe, como forma de designar e explicar a ausência de lideranças ‘verdadeiras’ e a ‘falta de consciência’”; a ideia de cooptação, que retira do sujeito cooptado a sua autonomia; a perspectiva de um Estado “todo-poderoso” e uma “classe passiva”; bem como o aspecto manipulatório normalmente referido nas análises do populismo (Ibid. p. 14-15). Nessa perspectiva, Gomes rejeita o seu uso, preferindo o que chamou de pacto trabalhista, visando “pensar as relações construídas entre Estado e classe trabalhadora”, tendo como o Estado Novo o “momento estratégico de sua montagem”.

A proposta realizada, já no marco de contribuições teóricas ligadas à dimensão cultural da política, assinala que o discurso trabalhista, articulado em inícios dos 40, apropria-se e resignifica o discurso operário construído de forma lenta e diversificada nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados, como todas as análises anteriores reconhecem com intensidades variadas, bem como a própria forma com que vêm revestidos, serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção.

A partir do trabalho de Gomes formou-se uma série de estudiosos à guisa dessas críticas e perspectivas³¹. Nota-se, no entanto, que a nossa compreensão vai de encontro³² ao defendido por Gomes, mas registra-se tal enfoque pela importância adquirida nos estudos recentes, tendo se tornado uma das principais escolas teóricas de crítica ao conceito de populismo.

³¹ Para uma primeira aproximação ver: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³² Para um debate acerca dessas posições ver: DEMIER, Felipe. **Um intermezzo para a polêmica historiográfica: o movimento de revisão do populismo (da valorização das lutas operárias ao fetichismo do varguismo)**. in: O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Niterói:[sn], 2012, p. 336-361.

2.2. Bonapartismo brasileiro

Embora em sua clássica elaboração a definição de bonapartismo tenha sido conferida inicialmente à França de meados do século XIX, diversas foram as utilizações posteriores dentro da tradição marxista que a aproveitaram para dar conta de outros contextos históricos. Dessa forma, pensamos ser útil o seu aproveitamento para refletir sobre o Brasil. Ainda que de maneira geral a ideia de bonapartismo não tenha sido tão largamente utilizada dentro do pensamento social brasileiro, há esforços de pesquisadores contemporâneos que nos incentivam, a partir do resultado de suas elaborações, a considerar fértil o seu aproveitamento. Além do mais, como vimos anteriormente, o conceito de bonapartismo, embora pouco utilizado de maneira direta pelos principais autores do século XX no Brasil, é perceptível sua importância, às vezes até “camuflada”, nos teóricos do populismo, por exemplo. Atualmente tem se feito um esforço, não mais *an passant*, em compreender o Brasil pela chave bonapartista.

2.2.1. Gramsci e Trotsky – o longo bonapartismo brasileiro

Talvez o melhor exemplo do esforço recente em usar o conceito de bonapartismo esteja na tese de doutorado de Felipe Demier, que deu base para o livro *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): Um Ensaio De Interpretação Histórica* (DEMIER, 2014). Logo no início ele sugere um dos possíveis motivos para a ausência³³ que há, na interpretação histórica sobre o Brasil, do conceito de bonapartismo como chave explicativa; qual seja, a perda da tese de doutorado elaborada por Ruy Mauro Marini, destruída junto com outros documentos pelo exército após invasão, em 1964, da UNB. No entanto, ainda que como elaboração científica e pormenorizada o bonapartismo não tenha figurado nos debates, características presentes nele, como vimos, foram largamente utilizadas na compreensão do processo de modernização brasileiro; principalmente no que diz respeito à relativa autonomia do Estado frente às classes sociais, em especial no pós-30 (DEMIER, 2014, p. 22-3). A tese defendida por Demier é de que no Brasil houve, no período relativo a 1930-1964, “*uma via bonapartista da modernização*

³³ Embora o conceito de bonapartismo tenha figurado lateralmente nas principais análises sobre o Brasil, principalmente acadêmicas, nota-se uma maior utilização e interesse por ele nos últimos 20 anos. Para além do trabalho de Demier, podemos citar RAGO (2004), DEO (2011), SINGER (2012), ASSUNÇÃO (2014), entre outros.

capitalista” (Ibid., p. 24. grifos do autor), onde “todos aqueles regimes procuraram desempenhar, em última análise, a função *preventivamente contrarrevolucionária* de bloquear a auto-organização política do proletariado” (Ibid., p. 25, grifos originais).

Demier contextualiza o desembarque no Brasil do conceito de bonapartismo, considerando pioneiros, através da influência de Trotsky, grupos e partidos trotskistas e suas respectivas análises (de conjuntura).

Eram eles a Liga Comunista do Brasil (LCB), o Partido Operário Leninista (POL) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR), posteriormente Partido Operário Revolucionário (POR). Frisavam o caráter retardatário da burguesia brasileira, cujo acordo geral foi imposto em 1930 após uma forçada unidade nacional sob a forma de compromisso e de subordinação ao estrangeiro. Como a pequena burguesia não tinha condições de assegurar o próprio predomínio político e a organização do proletariado estava em estágio larvar, sem orientação adequada de sua vanguarda, restava impossível o exercício da democracia burguesa enquanto forma de dominação de classe – era esta a base concreta do bonapartismo (DEMIER apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 42).

Tal entendimento sobre a dominação burguesa sob a forma bonapartista ter se processado no Brasil a partir de 1930, esteve presente na elaboração das análises trotskistas sobre as principais inflexões políticas; 1937 foi visto pelo POL como um “golpe bonapartista”, de caráter preventivo e contra-revolucionário, visando “restabelecer a ‘paz social’ que fora “ameaçada pela campanha de sucessão presidencial”. E teria como principal característica dessa forma de dominação o “abrir mão” por parte da burguesia do seu poder político para manter o seu “reinado” social (apud DEMIER, 2012, p. 330). Escrevendo sob e sobre a dominação política estabelecida a partir do golpe de 1964, Mário Pedrosa escreveu

Que função tem o novo, saído da sublevação de abril [de 1964]? Uma função policial burocrática. Na realidade, em nossa época em que um sistema internacional de forças no plano internacional é tão acusado, surgiu em vários pequenos países, de formação política recente, onde as burguesias nacionais jamais representaram papel autônomo, um novo tipo de bonapartismo: o que medeia ou negaceia, não entre as classes do país, mas, em nome delas, entre potências imperialistas. [...] No Brasil, entre 1937-39, tivemos exemplo desse tipo de negaceio bonapartista interimperialista quando, às vésperas da guerra, Vargas o exerceu, ainda que um pouco forçadamente. O do marechal Castelo, em lugar do negaceio – seu campo de ação não o permitia – quis firmar-se pela virtude contrária, isto é, pela adesão incondicional a uma potência. Ao fazê-lo, passa-se do regime de liberdade condicionada do negaceio do bonapartismo ao de satélite com órbita traçada. Assim, a primeira característica do novo governo ditatorial bonapartista foi a de ser, como o bonapartismo clássico foi, não a resultante do equilíbrio entre as classes em oposição dentro do Brasil, mas, o agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil, após a derrocada. A burguesia capitalista nacional passaria a ser no sistema um fator não autônomo, mas um fator subordinado. Até hoje não se havia visto bonapartismo apoiado em forças externas, não nacionais. Em geral, ele tem sido a expressão política mais sensível do equilíbrio de forças das classes sociais em choque, internamente (PEDROSA apud DEMIER, 2012, p. 365-6).

Ainda que também tenha levantado outros autores que se utilizaram, ostensivamente ou não, do conceito de bonapartismo, tais como Ruy Mauro Marini, Moniz Bandeira, Leôncio Martins Rodrigues – ex militantes trotskistas –, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho e João Quartim de Moraes – apoiados em Gramsci – (DEMIER, 2012, p. 312-23), o bonapartismo no Brasil, defende Demier, primeiro chegou pelas mãos de militantes trotskistas. A partir, portanto, dessas leituras, Demier foi capaz de elaborar sua própria interpretação sobre a modernização brasileira à luz do conceito de bonapartismo.

O contexto propício para se compreender o surgimento do bonapartismo encontra-se num processo de crise política, mais especificamente quando não há uma (fração de) classe capaz de assumir, em uma configuração hegemônica, as rédeas do Estado; dessa forma há uma autonomização deste último frente às classes, principalmente dominantes. Já que embora busque-se nesse processo a legitimação nas classes subalternas, é para as classes dominantes que o bonapartismo governará. A natureza, portanto, do Estado burguês não se altera, ainda que o regime político sim. No caso francês, a burguesia, classe que havia sido revolucionária, assume, com a ascensão das massas em 1848, o lugar de classe conservadora e abdica do poder político para não abdicar do seu poder econômico. No caso brasileiro não houve um momento em que a nossa burguesia teria assumido o papel de revolucionária, pelo contrário; por isso o caráter *preventivo* associado com as constantes saídas pelo alto.

É a partir da leitura de Gramsci que se compreenderá a configuração de um arranjo hegemônico e sua conseqüente crise. A dominação de tipo hegemônica

implicaria, portanto, a existência de uma ou mais frações burguesas que lograssem colocar sob sua direção política não só os demais segmentos proprietários, mas também, e principalmente, as ameaçadoras classes subalternas.[...]Essa *capacidade hegemônica* [...] criava [...] as condições para uma forma de dominação político-social calcada numa combinação relativamente *equilibrada* de elementos *coercitivos* e *consensuais*. (Ibid., p. 53, grifos do autor)

Assim, quando a hegemonia é incapaz de se realizar, torna-se o bonapartismo uma das principais soluções para resolvê-la.

Própria de sociedades de massas, complexas, o arranjo hegemônico, segundo Demier, não poderia ter se estabelecido no Brasil antes de 1930, principalmente por não haver classe antagônica em jogo (Ibid., p. 61); sendo assim, a então crise de hegemonia naquele momento “antecedeu historicamente a própria existência de uma dominação de tipo *hegemônica*” (Ibid., p.

69, grifo do autor). Outra característica relevante é o papel desequilibrado, em termos de domínio político, que o executivo alcança em detrimento do judiciário e do legislativo, bem como as maiores atribuições adquiridas pela burocracia estatal e pelas Forças Armadas na condução do governo.

Não buscando fazer *terra arrasada* das análises que se debruçaram sobre o período em questão, Demier considera, por exemplo, acertada a caracterização de Estado de compromisso feita pelos teóricos do populismo e que teria vigido a partir de 30, no entanto, seria preciso assinalar que “*foi o Estado quem, por meio de sua cúpula burocrático-militar dirigente, fixou as condições e os meios pelos quais foi firmado o ‘compromisso’*” (Ibid., p. 76, grifo do autor). A partir dessa conformação conseguiu-se, num período de crise, realizar a passagem de uma economia agro-exportadora, dependente sobremaneira do mercado externo, para um certo grau de industrialização, em grande medida por conta da burocracia estatal, que fora fortalecida ao mesmo tempo que ajudou a fortalecer a autonomia relativa do Estado diante das frações de classe (dominante) (Ibid., p. 79). E sobre as classes subalternas realizou-se a sua incorporação controlada. Sobre isso vale o debate que Demier realiza em torno da questão da legitimidade apresentada por Weffort. Segundo esse último, o “Estado de compromisso” ao não conseguir obter sua fonte de legitimidade dentro da classe dominante, a teria buscado nos recém-chegados em cena, os trabalhadores urbanos. No entanto, Demier considera que

possivelmente, a explicação para o caráter *de massas* do novo regime (“Estado de massas) reside mais nessa tarefa *preventivamente revolucionária* de incorporar controlada e subordinadamente a classe trabalhadora e os estratos médios urbanos à vida pública nacional – como disseram, embora não com esses mesmos adjetivos, os próprios teóricos do populismo – do que propriamente em uma questão de legitimidade. Pode-se assim dizer que, observada em seu sentido histórico mais profundo, a política estabelecida pelo “Estado de compromisso” para com as emergentes massas populares atendeu às necessidades conjunturais da *permanente contrarrevolução burguesa* no Brasil. (Ibid., p. 81, grifos originais)

É em 1930, portanto, que teria sido estabelecida a emergência do bonapartismo no Brasil, não já em pleno funcionamento, mas em construção com a vigência do Governo Provisório que perdurou até 1934. Esse período foi denominado por Demier (2014) de *semibonapartismo oligárquico* e teria como tônica a disputa entre o centralismo bonapartista-corporativista e o federalismo burguês-oligárquico e liberal, tal contenda apenas se encerraria em 1937, com a vitória do primeiro (Ibid., p. 84). A vitória varguista, em 1932, sobre a “revolução constitucionalista”, tentada pela burguesia paulista, inscreve-se dentro desse conflito.

Equilibrando-se entre as tensões no andar de cima e a ascensão das massas no andar de baixo, o bonapartismo, com o condicionamento à presença dos trabalhadores (urbanos) nos sindicatos oficiais para a garantia dos direitos trabalhistas, deixa claro a estratégia para incorporar aquelas últimas de maneira controlada: corporativismo e reformismo (Ibid., p. 96).

No período de 1934 a 1937, denominado de *bonapartismo semiparlamentar*, é que há maior aceleração na ascensão bonapartista. A constituição de 1934, apesar de combinar elementos liberais e bonapartistas, logo penderia para esse último. O Levante Comunista de 1935, incentivando a instauração do Estado de Sítio, aprovado em novembro daquele ano, reforçou a ideia de uma ameaça comunista no país e a consequente reação descomedida legitimou a necessidade de uma centralização política, entendida como sinônimo de governo forte, capaz de se contrapor ao perigo vermelho. A Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em abril de 1935, portanto, antes mesmo do Levante Comunista, já havia criado uma legislação especial para os crimes considerados contra a ordem política e social e fora reforçado com a criação, no ano seguinte, do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

A partir do golpe de 1937 é que o bonapartismo atinge sua plenitude no Brasil. Se a LSN e, posteriormente, o TSN buscavam dar conta dos crimes considerados contra a ordem; com a criação do Código de Imprensa, naquele ano, qualquer menção desrespeitosa às autoridades passava a ser considerado ilegal – coerção. Dois anos depois, em 1939, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), atuava na difusão de uma ideologia nacionalista e na construção de um culto à personalidade de Vargas – consenso. É de 1939 também a criação da Lei Orgânica de Sindicalização Profissional, que tomava o controle dos sindicatos, a partir do Estado, de maneira quase absoluta. A crise de hegemonia, portanto, que criou as condições para a ascensão bonapartista, havia sido controlada, temporariamente, ao menos (Ibid., p. 155-9). Esse período é taxado por Demier (2014) como o de um bonapartismo semifascista; *semi* por não ter havido necessidade de lançar mão de medidas propriamente fascistas, já que a organização proletária ainda não figurava como um ator propriamente perigoso. Dessa forma os expedientes varguistas, em sua expressão bonapartista, teriam dado conta dessas questões (Ibid., p. 160-2).

Nos três anos finais do Estado Novo, de 1942 – quando ocorreu a entrada do Brasil na guerra – a 1945, inicia-se um período da *transmutação bonapartista*, onde o governo de Vargas buscava aproximar-se das massas proletárias, através de um discurso de valorização do trabalho e dos trabalhadores (urbanos). Para Demier, o “instrumento político-organizativo construído para

proporcionar essa manobra de massas pelo varguismo, que então girava ‘à esquerda’, foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), surgido em 1945” (Ibid., p. 170). E se o período anterior foi denominado de bonapartismo *semifascista*, o período que vai do fim do Estado Novo até o golpe de 64, a partir das contribuições de Trotsky, pode ser compreendido como de um *semibonapartismo democrático*; esses que

seriam regimes políticos burgueses que buscariam conter a ameaça proletária fazendo uso *preferencialmente* de métodos reformistas, sem abdicarem, obviamente, da utilização (moderada) dos sempre determinantes expedientes coativos (Ibid., p. 186, grifos do autor).

Ainda que a perspectiva política dos trabalhadores tenha se mantido dentro de uma lógica reformista apenas, as disputas entre frações de classes da burguesia – principalmente uma burguesia industrial e uma burguesia comercial, essa última apoiada por interesses imperialistas –, um contexto de Guerra Fria e qualquer ímpeto de mobilização popular punham logo os expedientes coercitivos na ordem do dia. Em 1954, com o suicídio de Vargas e 10 anos depois com o golpe no governo João Goulart.

O sonho de um “capitalismo nacional”, pautado na ‘colaboração de classes’ e produzido pelos ideólogos do regime, não poderia, naquelas condições de crise social aberta, ter espaço mais nem sequer no inconsciente de uma classe dominante sempre hipersensível a qualquer agitação popular, integrada agora mais organicamente ao capital estrangeiro e já totalmente rendida aos desejos de seu “*amo*” estadunidense. (Ibid., p. 214, grifos do autor)

Assim, com o golpe de 1964

teve lugar, então, uma nova forma, acentuadamente tecnocrática, de um *bonapartismo semifascista*, dessa vez totalmente subserviente ao imperialismo e já despida de qualquer pretensão reformista. Persistindo a renitente “crise de hegemonia” na sociedade brasileira, a retardatária modernização capitalista do país continuaria, assim, sua saga pela *via bonapartista* (Ibid., p. 217, grifos do autor)

Nota-se que, embora trate de um período longo, que iniciou em 1930 e adentrou o golpe de 1964, a pertinência dada por Demier ao bonapartismo como a via da modernização capitalista no Brasil, apesar das mudanças de governo, justifica-se pela compreensão de que essas não foram capazes de alterar o regime político propriamente dito. Embora, é claro, tenha, de acordo com a correlação de forças das lutas de classe, acentuado ou dirimido determinados aspectos, sejam consensuais ou coercitivos. Por esse motivo, buscando compreender suas diferenças, Demier caracterizou os períodos através dos conceitos: *semibonapartismo oligárquico*, *bonapartismo semiparlamentar*, *semibonapartismo democrático* e *bonapartismo semifascista*.

Sem dúvidas, o golpe de 1964 intensificou o caráter coercitivo da nossa forma de modernização capitalista e, como veremos, o bonapartismo também foi utilizado para caracterizá-lo.

CAPÍTULO 3. DITADURA E BONAPARTISMO

Chegamos a um dos grandes momentos de inflexão da história sócio-política brasileira, isto é, a ditadura instaurada após o golpe de 1964. Um dos argumentos contidos neste trabalho e nas teses que nos baseamos é o de pensar em termos de longa duração o processo de formação da dominação burguesa no Brasil, bem como o desenvolvimento capitalista engendrado por e sobre tal domínio. A partir disso, faz-se necessário compreender o lugar da ditadura no interior dessa longa formação.

Nota-se que a partir da tese apresentada por Trotsky que, como vimos, teve influência no Brasil, teríamos, de maneira estrutural, pelas próprias condições do desenvolvimento capitalista, principalmente a partir das relações dos países atrasados com os países centrais, um regime bonapartista próprio e que ganharia certas *colorações*, apoiadas mais no proletariado ou no capital estrangeiro, a partir do desenrolar da luta de classes. Os governos ditos populistas no Brasil parecem assemelhar-se a tal entendimento. A partir dessa perspectiva, pode-se compreender o golpe como uma forma radicalizada da dominação burguesa sob a forma bonapartista. Ainda que a utilização desse conceito para pensar a ditadura empresarial-militar esteja longe de ser consensual, mesmo dentro da corrente marxista brasileira, como demonstra Assunção (Op. Cit, p. 51-4).

Um caso interessante é o de Florestan Fernandes que, embora possua nos seus trabalhos, principalmente no *A Revolução Burguesa no Brasil*, elementos que são caros aos marxistas brasileiros que compreendem o Brasil pela chave do bonapartismo, sua perspectiva é que a conceituação deve ser considerada em termos históricos, isto é, dentro do contexto escrito por Marx no século XIX, onde este

formulara o seu pensamento com vistas à forma concorrencial ou competitiva de capitalismo e que ele, pela tendência a pesar as palavras que empregava, não endossaria a transformação subsequente de um *conceito histórico* em um *conceito abstrato* e de validade geral. A ditadura militar, em qualquer circunstância, sempre terá algumas (ou várias) semelhanças estruturais e funcionais com o tipo de ditadura militar que se configurou na França graças a uma *crise histórica evolutiva* da democracia burguesa. (FERNANDES apud ASSUNÇÃO, 1989, p. 67)

E continua

Ou se deve voltar ao que Marx realizou no texto do livro, qualificando historicamente o conceito de ditadura militar; ou se deve avançar em uma direção nova, que saliente a deterioração do sistema de poder capitalista (em escala nacional e mundial) e a obsolescência que ela implica da democracia como forma política burguesa. Na verdade, o sistema capitalista de poder converte-se, com grande rapidez, em uma forma política autocrática, embora isso seja mais visível na periferia do mundo capitalista. O que quer

dizer que não se está mais diante de uma “crise de crescimento” da democracia, mas de uma tendência histórica inexorável que, se for descrita como “bonapartismo”, ocultará a sua face mais nociva e as suas consequências mais nefastas graças a uma concessão ideológica “marxista”. (FERNANDES apud ASSUNÇÃO, 1989, pp. 67-8)

Dentre os autores marxistas apresentados no primeiro capítulo, talvez Gramsci seja o que tem maior reverberação nas perspectivas apresentadas, contendo em si, inclusive, possibilidades para análises equívocas. Como é o caso da análise do populismo de Ianni, que teria sido um momento de passagem entre a dominação oligárquica e a burguesa e que, baseando-se em Gramsci, compreenderia não haver as condições necessárias para o bonapartismo. E a perspectiva de Demier que, baseando-se no mesmo Gramsci, considerou justamente as condições apresentadas a partir de 30 enquanto consonantes com a crise de hegemonia que resultou na saída bonapartista.

Além dos já apresentados, existem outros grandes teóricos brasileiros que também basearam-se em Gramsci. Assunção identifica em Carlos Nelson Coutinho um dos principais autores influenciados por seu pensamento, além de ter contribuído decisivamente para a sua divulgação no Brasil. Utilizando-se do conceito de revolução passiva, Coutinho vai ao encontro de um tema caro nas reflexões marxistas sobre a nossa formação, isto é, ao processo de constituição do capitalismo no Brasil e, consigo, da conformação de um mundo burguês que relegou a participação popular; através de uma burguesia indelevelmente conservadora. Embora não de maneira central, o conceito de bonapartismo aparece nas reflexões de Coutinho, pois

Avalia que, sendo o Brasil industrial forjado nos quadros de uma via prussiana (não revolucionária), aqui ‘a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio etc.’ (COUTINHO apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 46).

E a via prussiana teria adquirido maior radicalidade no pós-64 e não teria relação com o fascismo, como alguns poderiam supor, já que a

‘implantação do regime autoritário se deu aqui de cima para baixo, através de um golpe de estado militar, cujo êxito se deve em grande parte à debilidade da sociedade civil entre nós’, a qual só era chamada a participar por um ‘consenso passivo’. Contraditoriamente, o regime também modernizou o país, ainda que de modo conservador, desenvolvendo ‘as bases objetivas sobre as quais se assenta a possibilidade de construir uma sociedade civil efetivamente autônoma’ – possibilidade esta inexistente no fascismo (Ibid. 2014, p. 46).

Nota-se, portanto, as diversas ramificações apresentadas a partir do tronco teórico inaugurado por Marx e Engels sobre o bonapartismo. Como aqui nos interessa tratar da

utilização de tal conceito para interpretar o Brasil e, nesse capítulo em questão, analisá-lo após o golpe de 1964, é importante apresentar a perspectiva que, em nossa visão, melhor rivaliza com o bonapartismo como chave explicativa para caracterizar a ditadura, isto é, a de René Dreifuss.

3.1. 1964: A Conquista do Estado pelo “bloco multinacional e associado”

René Dreifuss, que também possui grande influência de Gramsci nos seus trabalhos, no seu principal livro, *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder & Golpe de Classe*, já aludido diversas vezes anteriormente, buscou apresentar como foram formados e de que forma atuavam o que ele denominou de anéis burocrático-empresariais, isto é, “agentes sociais modernizante-conservadores”, na concepção gramsciana, intelectuais orgânicos, que seriam responsáveis pelo golpe de 64. Tal grupo constituía o bloco multinacional e associado e continha diretores de corporações multinacionais e proprietários de interesses associados, administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais, que faziam parte da tecnoburocracia e, por fim, oficiais militares. E que possuía como estratégia não apenas a imposição econômica, mas atuava sobremaneira politicamente (DREIFUSS, 1981, p. 71).

A Segunda Guerra teria sido o divisor de águas para que houvesse o predomínio econômico e político do capital monopolista, formando globalmente corporações multinacionais, dessa forma, restava ao capital “nacional” ou associar-se ao capital estrangeiro ou a empresas estatais. De certa forma, era isso que estava em jogo no período de maior radicalização antes do golpe. Os quadros do bloco multinacional e associado, portanto, atuavam para obter maior controle do planejamento estatal, visando prioritariamente “selecionar temas, tópicos e diretrizes” e “determinar o acesso de frações ou setores aos centros burocráticos de tomada de decisões” (Ibid., p. 74). Dessa forma, percebeu-se que para haver um “planejamento nacional”, fazia-se necessário controlar o Estado e quebrar o sistema/regime populista (Ibid., 86).

Através do complexo IPES/IBAD, que representava politicamente os interesses desse bloco multinacional e associado, realizou-se a conformação do que em termos marxistas poderíamos dizer de “classe em si” e “classe para si”; assim a “elite orgânica” daquele passou a se constituir enquanto força social, justamente por se tornar consciente de seus interesses corporativos e conseguir ultrapassar os interesses econômicos-individuais enquanto classe. Há,

portanto, a passagem da “estrutura para a complexa esfera da superestrutura” e, assim, os interesses de tal grupo tornam-se, inclusive, interesses de grupos subordinados. “Fase da qual ideologias precisamente desenvolvidas tornam-se ‘partido’” (Ibid., p. 161).

O IBAD teria uma função tática, enquanto o IPES, autodenominado como uma “agremiação apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos” (Ibid., p. 163) exerceria a função estratégica. E como demonstrou Dreifuss, além da vida pública que o instituto possuía, havia, sobretudo, “as operações secretas e discretas da burguesia insurrecional [que] eram executadas por forças-tarefa especializadas, unidades de ação, grupo com codinomes e subsidiários” (Ibid., p. 164). Dessa forma, contrapondo-se “às estruturas populistas, ao executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu Estado maior para a ação ideológica, política e militar” (Ibid., p. 164).

Para isso, realizava recrutamento principalmente de empresários e militares, onde buscava-se convencer os primeiros de suas reais necessidades; produziam campanhas na mídia, além de medidas econômicas no intuito de punir comportamentos desviantes de parte do empresariado individual; financiavam publicações de livros condizentes com seus interesses e/ou de teor anticomunista; possuíam um Grupo de Levantamento de Conjuntura, onde mantinham-se informados sobre a atuação dos comunistas, produzindo relatório para os militares, realizavam grampo telefônico, acompanhavam jornais diariamente e produziam por mês, em média, “500 artigos para serem disseminados na imprensa, ou em palestras, panfletagens...” (Ibid., p. 169-89). Existiam outros grupos de trabalho dentro do IPES, cada um com sua função. Tal estratégia visava atuar em diversas frentes, objetivando obter um controle político, econômico e ideológico. Dessa forma, o IPES, enquanto representação formal do bloco de poder multinacional e associado, tornou-se “a mais poderosa assembléia política e econômica das classes dominantes durante o governo Jango” (Ibid., p. 174).

Foi dessa forma que o bloco multinacional e associado atuou, num primeiro momento, para “compartilhar o poder com a convergência da classe populista que controlava o Estado” (Ibid., p. 125), no entanto, com a sua incapacidade de atrair apoio e voto popular em torno do seu projeto e com a passagem cada vez maior do bloco populista de uma forma de “articulação do consenso” para uma “forma de participação” (Ibid., p. 141), perdendo a estabilidade e hegemonia que possuía em torno da classe dominante (Ibid., p. 144); caminhou-se de uma “guerra de

posição” para uma “guerra de movimento”, ainda em termos gramscianos, o que culminou no golpe de 1964 que, segundo essa perspectiva, não pode ser compreendido apenas enquanto um golpe militar.

O conflito que, na análise de Dreifuss era triádico, isto é

- 1) - um bloco histórico populista *versus* um bloco de poder multinacional e associado emergente;
- 2) - um bloco histórico populista *versus* classes subordinadas e um bloco popular-trabalhista;
- 3) - um bloco de poder multinacional-associado *versus* classes subordinadas

Transformou-se, nos períodos precedentes ao golpe, em diádico: “entre a classe dominante como um todo e as classes subordinadas”.

Na encruzilhada histórica de 1963, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD constituía a única força social entre as classes dominantes que possuía um projeto e um modelo coerente e coeso para o país. Em abril de 1964 possuía também o meio político, técnico e militar para realizá-lo. (Ibid., p. 244)

Tendo os elementos acima em vista, Dreifuss considera equivocada a caracterização do regime inaugurado a partir de 1964 como uma experiência bonapartista. A confusão nessa perspectiva estaria contida, segundo ele, na seguinte compreensão: a tomada do Estado pelas forças armadas, à revelia da classe dominante – embora pondo a cabo seus interesses, mesmo que contra sua vontade imediata – teria significado uma relativa autonomia com vistas a reorganizar a hegemonia do bloco de poder. “Na realidade, foi o bloco de poder liderado pelo IPES que reorganizou o Estado e, sob o controle da elite orgânica, tentou consolidar sua posição” (DREIFUSS apud DEMIER, p. 365).

Portanto, a compreensão da ditadura como bonapartismo estaria na visão de que os militares haverem tomado o poder estatal, governando para os diversos setores das classes dominantes, mas sem a participação efetiva dessas, representaria uma das principais características daquela forma de dominação, isto é, a autonomia relativa diante da burguesia. Sua posição, na verdade, compreende no complexo IPES/IBAD a principal articulação do bloco de poder que “capturou” o Estado a partir do golpe e que representou os interesses multinacionais e associados (DREIFUSS apud DEMIER, 2012, p. 364-5). Dessa forma, os interesses de setores das classes dominantes não estariam relegados das posições de tomada de decisão no pós-golpe, mas ocupariam cargos relevantes, especialmente nas discussões econômicas.

3.2. O bonapartismo que “não chegou a se transformar em realidade”

Assim como salientamos no primeiro capítulo, da importância da discussão em relação aos regimes políticos e formas de Estado, a partir da contribuição de Poulantzas, em texto escrito em meados de 1975 e publicado em livro em 1977, Carlos Estevam Martins³⁴ reflete, antes de tecer comentários mais específicos sobre a conjuntura brasileira da época, sobre modelos políticos e sua definição.

Martins, de maneira metafórica, aponta que o modelo político seria a composição de *forma, matéria e espírito*. A primeira seria “um pacto de convivência política ou o método por meio do qual são reguladas as relações políticas entre os membros da coletividade” (MARTINS, 1977, p. 188). A *matéria* constituiria-se dos pactos e alianças formados entre as “classes, frações e estratos de classes sociais”. A partir dessa definição, depreende-se “três sistemas genéricos de alianças”; o primeiro seria o do bloco no poder, formado pelas classes ou frações de classes que, pelo papel que ocupam no modo de produção dentro de determinado contexto, “desfrutam de uma posição dominante na base econômica da sociedade”, ainda que sua influência seja maior ou menor nas decisões governamentais. Logo em seguida teríamos as chamadas coalizões políticas, “as quais se definem como alianças formadas com vistas ao controle do poder estatal”, possuindo entre elas, inclusive, hierarquias, onde determinada coalizão torna-se politicamente predominante pelo beneficiamento adquirido através das políticas governamentais (Ibid., p. 189). Por fim, teríamos as alianças estabelecidas pela elite governamental “com as classes, frações e estratos de classes situados dentro ou fora do bloco no poder e incluídos nessa ou naquela coalizão”. Nesse caso, a iniciativa parte da elite governamental e é especialmente importante nos casos de “Estado de Exceção e/ou de Transição” (Ibid., p. 190).

Algumas das ideias apresentadas sobre a *matéria* referem-se, segundo Martins, a definições complementares do Estado. A concepção de bloco no poder liga-se à formulação de que “o Estado moderno é o *comitê* responsável pela administração dos negócios comuns de *toda burguesia*” (Ibid., p. 192, grifos originais). Já a elaboração de uma coalizão politicamente dominante corresponderia, a partir de uma definição de Miliband citada por Martins, a perspectiva de que apenas uma parte das classes dominantes é quem controla o Estado, não sendo necessariamente correspondente ao setor que é economicamente dominante (Ibid., p. 192).

³⁴ MARTINS. Carlos Estevam. Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Enquanto que a concepção de elite governamental combinaria-se com as conjunturas em que há maior autonomia relativa do Estado frente às classes, como é o caso do bonapartismo. Esse que na visão de Martins teria sua característica distintiva no fato da

capacidade de iniciativa da autoridade governamental fica[r], em grande parte, desligada das volições específicas e imediatas das classes dominantes ou de qualquer de suas partes componentes, esfumando-se assim o peso político diretamente aplicado pelo bloco no poder e pelas coalizões em luta pela predominância política (Ibid., p. 193).

Como já dito, essas perspectivas ligam-se a diferentes concepções do Estado que seriam, na visão de Martins, complementares, sendo “o Estado-comité, o Estado-partidário e o Estado-bonapartista [...] ondulações distintas de uma mesma realidade: o Estado burguês” (Ibid., p. 193). A predominância de um Estado ou de outro depende de qual desses três tipos de aliança esteja “mais diretamente no comando do modo pelo qual é executada a tarefa essencial do Estado, a de manter unida a sociedade dividida em classes” (Ibid., p. 193).

Por fim, completando a tríade, temos o *espírito*; quer dizer, a ideologia dominante presente em determinada formação social. Serve como o meio de legitimação que permite manter coeso e estável os modelos políticos, pois “é graças a ela que se cimentam as relações entre *forma e matéria* e é ela que proporciona as condições subjetivas que garantem o processo de reprodução [daqueles] através do tempo” (Ibid., p. 194-5).

A partir dessas definições de caráter teórico, Martins assenta o caminho para poder analisar a conjuntura brasileira da época que, em 1975, também passava por uma “crise do caráter específico do Estado”, assim como havia passado 15 anos antes, no pré-64. A diferença, segundo ele, era que na crise precedente ao golpe, a ofensiva estava nas mãos das classes populares. E teria se resolvido não apenas com a mudança da “*forma* do modelo político, com a passagem do liberalismo pré-64 para o autoritarismo posterior”. Tendo sido resolvida, de fato, pois “juntamente com as transformações institucionais e ideológicas, a coalizão nacional-populista foi varrida do poder e substituída pela nova coalizão [...], internacional-modernizadora” (Ibid., p. 197). Dessa forma, a vitória dessa nova coalizão mudou a órbita de favorecimento do Estado para determinados interesses

Em termos da estrutura do capital, foram favorecidos o capital monopolista em geral e o estrangeiro em particular; em termos setoriais, foram favorecidas as atividades ligadas à produção de bens de consumo duráveis, à oferta de serviços sofisticados, ao complexo exportador e ao financiamento da produção corrente e do consumo conspícuo; em termos territoriais, foram favorecidas as cidades em oposição ao campo e a região centro-sul em oposição ao resto do país; finalmente, no conjunto das classes subalternas, foram favorecidas as camadas ditas modernas da classe média urbana. Ademais, e na base

desses favorecimentos específicos, prevaleceu, de um modo inequívoco e sistemático, o favorecimento global de todos os valores e interesses que compõem, de uma ponta a outra, o espectro dos “direitos” das classes dominantes. Consequentemente, prevaleceu o desfavorecimento sistemático das aspirações das classes dominadas, inclusive de seus anseios mais primários e imediatos (Ibid., p. 197-8).

Une-se, assim, à *forma* e à *matéria*, o *espírito*, nesse caso, de um “pragmatismo tecnocrático” que substitui a ideologia nacionalista do período anterior. Aquele ajusta-se às teias estruturais do papel brasileiro dentro da trama internacional; dessa forma, essa nova “filosofia” seria uma não-filosofia.

Não é por acaso, portanto, que ela define o progresso em termos de modernização, o agir em termos de eliminar capacidades ociosas, o desenvolvimento em termos da quantidade de crescimento, a razão em termos da técnica, o êxito em termos de eficiência, o povo em termos de objeto e o poder em termos de um direito natural da burguesia monopolista (Ibid., p. 199).

O contexto que levou a uma substituição da tríade do modelo político que vigorou até 64 tem relação direta com as mudanças ocorridas, principalmente a partir de meados dos anos 50, no padrão de acumulação capitalista no Brasil, a partir de uma constante internacionalização do mercado interno. Tal transformação pressionava cada vez mais por uma nova composição do bloco no poder, pois embora tivesse poderio relevante economicamente, ainda não detinha os rumos políticos, não possuía o Estado nas mãos.

E do outro lado, a coalizão nacional-populista, que foi uma tentativa da burguesia local de enfrentar “o desafio imperialista, enquanto que, internamente, ameaçava-o o desafio popular”, era incapaz de frear o processo de internacionalização, já que possuía o risco de radicalizar os setores populares. No entanto, como a legitimidade daquela, frente a esses setores, encontrava-se justamente na capacidade ou não, no momento de maior agudização da luta de classe, em impedir e reverter tal processo, a coalizão nacional-populista enfraqueceu-se (Ibid., p.204).

Os setores econômicos ligados principalmente ao capital estrangeiro necessitavam, diante da inadequação da coalizão no poder para representar e defender seus interesses, de uma nova representação política, que não estava sequer nos partidos. Dessa forma, a alternativa encontrada foi a “cúpula militar-tecnoburocrática” que, segundo Martins, não estava devidamente pronta, mas foi constantemente aprimorada de antes do golpe até o momento da escrita do texto, 1975 (Ibid., p. 204-5).

A partir de uma citação de Florestan, Martins demonstrará que as diversas contradições entre setores da burguesia, frente às mudanças substanciais ocorridas no nosso processo de

acumulação, permitiram criar um ambiente *potencialmente pré-revolucionário* (FLORESTAN apud Martins, Ibid., p. 206). Além dos desafios colocados pela internacionalização da economia que ameaçavam cada vez mais o status de burguesia nacional, correndo sérios riscos de essa ser reduzida à mera “burguesia tampão”. Enquanto não fosse estancado esse cenário, radicalizavam-se, ainda, setores populares e médios.

No entanto, mesmo com tantos conflitos internos, a necessidade em assegurar a propriedade privada dos meios de produção, nem tão pouco ameaçada, diga-se de passagem, era um imperativo. Realiza-se em 1964 um “pacto contrarrevolucionário”, que tinha como princípio “beneficiar todas as classes proprietárias” e também a “supressão dos movimentos populares” da vida pública” e “o lema da união contrarrevolucionária de todos impunha, como corolário para cada um, a proibição de juntar-se, para baixo, com qualquer adversário dos de cima” (Ibid., p. 209-11).

Martins aponta que, embora tenha se mostrado necessário, tal padrão de composição estabelecido entre a classe possuidora produziu efeitos sensíveis sobre os setores que compunham tal coalizão, beneficiando principalmente o capital estrangeiro, mas também o capital estatal. No entanto, a burguesia nacional perdeu consideravelmente seu “poder de barganha” o que a levou a “ocupa[r], necessariamente, uma posição subordinada no seio da coalizão politicamente predominante” (Ibid., p. 212).

Embora existam os principais beneficiados no bloco de poder constituído no pós-64, por se tratar de uma coalizão ampla, com um objetivo em comum - um poder contrarrevolucionário das classes detentoras -, buscou-se constituir uma elite governamental sem qualquer vínculo direto a nenhuma fração da classe dominante. Nesse sentido, atendia-se bem a esse princípio as “correntes militares e tecno-burocráticas”.

Mutatis mutandis, as nossas classes e frações dominantes encontravam-se na mesma situação que o campesinato francês descrito por Marx no *18 de Brumário*: sua excessiva fragmentação, sua heterogeneidade, sua falta de coesão impedia-nas de “fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome através do Parlamento”. Não podiam utilizar livremente os seus próprios instrumentos de poder (seus partidos políticos, suas associações de classe, seus órgãos de imprensa, seus aparelhos ideológicos) sem se ferirem mutuamente e sem lesarem os *principia media* de seus interesses de classe. Por isso necessitavam transferir o controle direto do poder ao elemento militar-tecnoburocrático. Não podiam governar os outros sem passarem a ser, ao mesmo tempo, elas próprias governadas por um *tertius*: só conseguiriam fazer-se representar apelando para um representante que funcionasse “como seu senhor, como uma autoridade que se exerce sobre elas próprias, como um poder governamental ilimitado que as protege contra as outras classes (protegendo-as contra si mesmas) e distribui, do alto, o sol e a

chuva. Sua influência política encontrava assim sua expressão última no Poder Executivo que subordina a sociedade a si mesmo” (Ibid., p. 217)

Nesse sentido, encontra-se na perspectiva de Martins a máxima gramsciana, onde a saída para a ala militar técnico-burocratizada tornar-se a elite governamental relaciona-se diretamente com a incapacidade de setores da burguesia em dirigir, de forma hegemônica, o restante das classes (Ibid., p. 218). É nessa configuração que, como vimos, costumam ocorrer as saídas bonapartistas.

No entanto, Martins aponta que, embora haja uma “vastíssima delegação de poderes para a elite governamental” com o golpe de 64, o amplo “predomínio econômico da coalizão internacional-modernizadora”, aliado ao fato de que as principais figuras que assumiram os postos de poder, especialmente os “entreguistas”, possuíam ligações “materiais, políticas e ideológicas” com os interesses daquela, o que devolveu parte considerável dos poderes delegados. É dessa forma, portanto, que

Esses e os demais mecanismos anteriores examinados explicam por que o bonapartismo, potencialmente inscrito no pacto de poder celebrado em 64, não chegou a se transformar em realidade. Ou talvez, quem sabe, mais acertado seria dizer que é essa – e não outra – a realidade de todo e qualquer bonapartismo (Ibid., p. 220).

O bonapartismo nessa perspectiva parece ter entrado pela porta e saído pela janela. Demier, por outro lado, considera que tal leitura é consonante com a que ele realizou do fenômeno, isto é, que a

a autonomização relativa do aparelho de Estado face à classe dominante não exclui, naturalmente, a existência de uma ou mais frações burguesas privilegiadas pelas políticas estatais de curto, médio e longo prazo; tais privilégios, via de regra, costumam decorrer justamente da influência exercida pelos representantes dessas frações junto à cúpula burocrático-militar dirigente, a qual, contudo, mantém-se relativamente autônoma diante daquelas. É a partir daí que talvez possamos compreender o fato de que, conquanto não governasse por meio dos seus representantes políticos diretos (isto é, pelos seus partidos políticos), o setor monopolista do capital passou a ter, a partir de 1964, seus principais interesses econômicos atendidos pelas medidas governamentais. A nosso ver, é esta a lógica contida nas análises de Martins sobre o caráter do regime militar brasileiro (DEMIER, 2012, p. 364).

Enquanto para Dreifuss teria havido a conquista do Estado pelo bloco de poder multinacional e associado; para Martins, embora tal bloco possuísse seus interesses contemplados, a autoridade governamental mantinha-se desligada dos principais meios de decisão das classes dominantes em geral. Contendo, aí, a principal distinção das duas análises (Ibid., p. 364).

Compreendemos até o momento que existe uma questão estrutural na forma de articulação com que o Brasil se integra ao mercado mundial do modo de produção capitalista, o que gera, como já foi salientado, uma subordinação econômica, cultural e ideológica aos interesses, principalmente, norte americanos; e que também possui como consequência uma classe dominante autocrática e conservadora, incapaz de permitir arroubos democráticos. Embora essas características também tenham sido apontadas por pensadores que não se utilizam do conceito de bonapartismo para pensar o Brasil, como é o caso de Florestan; elas nos parecem fundamentais na pertinência daquele para compreender o engendramento das formas de dominação da burguesia brasileira.

3.2. Autocracia em *tempos de paz*, bonapartismo em *tempos de guerra*

Outro pensador importante para pensar o Brasil a partir do conceito de bonapartismo é José Chasin. Sua relevância, para além da sua obra em si, se dá também pela influência que exerce em diversos outros autores. Chasin considera que historicamente a dominação burguesa no período republicano brasileiro é uma constante entre o bonapartismo e a autocracia institucionalizada; aquele enquanto uma perspectiva radicalizada desse. Essa alternância se efetiva sem se descaracterizar a natureza dessa dominação. E como já foi apontado, tal conceito encontra na periferia capitalista maior pertinência.

A análise de Chasin calca-se na sua compreensão de como o capitalismo estabeleceu-se por aqui, bem como o papel do Brasil na cadeia global de produção. Embora tenha considerado promissor relacionar a denominada via prussiana ao caso brasileiro, como fez Coutinho, Chasin considerou que era necessário ir além, já que o caso brasileiro (e colonial, no geral) apresentava diferenças substanciais. Dessa forma ele elaborou a ideia da via colonial de entificação do capitalismo³⁵, que busca diferenciar-se dos casos alemães e italianos.

A absurdidade de equiparar politologicamente, de algum modo e até mesmo com algumas cautelas, o Brasil, a Alemanha e a Itália das primeiras décadas do século salta à vista quando se considera que, em última análise, o que se está equiparando são elos

³⁵ CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado - Forma de regressividade no capitalismo hípertardio. São Paulo, Ad Hominem/UNA, 1999, (2ª edição). Acesso em 11/04/2023 <<https://www.marxists.org/portugues/chasin/1978/mes/via.htm>>

débeis da cadeia imperialista, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da fase superior do capitalismo, com uma formação que integra precisamente as áreas da disputa imperialista, faz parte justamente do território colonial que os elos débeis forçam por ver redistribuído. E que, no caso brasileiro, mal principia a objetivar os débeis passos iniciais do estrito modo de produção capitalista. E o atraso de tal objetivação, se no caso alemão, e também no italiano, se marca não só em comparação com os casos clássicos, mas também pelo fato de a industrialização destes países ter principiado posteriormente às primeiras lutas do proletariado, no caso brasileiro se grifa obviamente em relação aos casos clássicos, também em relação às objetivações do capitalismo tardio, e ainda pela consideração de que a crítica teórica e prática do proletariado, quando o Brasil inicia sua caminhada estritamente capitalista, já está inclusive consubstanciada pela detenção do poder em um dado país (CHASIN, 1999).

Dessa forma, além de estarmos, frente às disputas imperialistas, enquanto a parte colonial, o Brasil encontra-se na perspectiva de um capitalismo hiper-tardio, pois irá iniciar seu processo de industrialização a partir de 1930, quando Alemanha e Itália naquela altura, mesmo sendo pertencentes aos países de capitalismo tardio, já encontravam-se industrializadas. A similaridade de não termos realizado uma revolução democrático-burguesa, assim como a Alemanha e a Itália, não nos coloca no mesmo patamar em termos de desenvolvimento capitalista, principalmente pela nossa subordinação político-econômica diante das forças imperialistas.

Tendo em vista a via colonial de desenvolvimento capitalista, pode-se pensar a forma apresentada por Chasin de conformação do bonapartismo no Brasil.

Aqui, o bonapartismo se integra muito mais organicamente que nos países clássicos à própria essência da sociabilidade brasileira. Enquanto naqueles o questionamento teórico e prático do modo de produção capitalista tem algum espaço para se desenvolver, comportando inclusive que a esfera econômica sofra críticas reformistas – a social-democracia é o mais exemplar fruto desta possibilidade –, o capital atrofado, submisso ao capital central e devotado à superexploração de seus subordinados, exclui de pronto todo questionamento no nível econômico. O bonapartismo brasileiro é a encarnação de uma contrarrevolução permanente de caráter preventivo, característica ingênita da dominação burguesa no Brasil. Aqui, elementos do bonapartismo estiveram presentes desde a gênese do capitalismo industrial, constituindo a natureza mais íntima e o projeto de poder da burguesia nacional. Esta não pode (nunca pôde) dominar senão desta forma. De maneira que as lutas de classes veem-se represadas, estrangidas, sufocadas, impedindo-se sua emersão, sua explosão e sua solução – já que as contradições preexistentes e as que germinam sob o próprio fenômeno não podem vir à luz com um retorno da democracia burguesa. Donde a imensidão e irresolução dos nossos dilemas sociais (ASSUNÇÃO, 2014, p. 58).

Nota-se que a perspectiva golpista, também compreendida em termos de uma contrarrevolução preventiva, esteve presente nos momentos em que governos ditos populistas, como o de Vargas e de Jango, pela conformação conjuntural da luta de classes, apoiaram-se nas

massas quando haviam perdido apoio na classe dominante. Essa, sendo incapaz de permitir acenos minimamente reformistas e maior participação popular, além de estar subordinada, enquanto sócia-menor, às frações do capital estrangeiro, relega ao Estado e seu aparato burocrático a missão de manter a ordem e modernizar o país.

Fica, pois, a ideia de que é sob o bonapartismo que a burguesia dos países atrasados efetiva, no período da contrarrevolução, as transformações históricas indispensáveis, garantindo-se que serão efetivadas em segurança, com exclusividade, conciliadamente e sem possibilidade de perda de controle do processo. No caso brasileiro, condenando a nação a uma forma de dominação política exclusivista, autocrática e subordinada, regime favorecedor de uma burguesia ensimesmada em seu mini mundo e saciada com mesquinhas (Ibidem, p. 59).

O inimigo externo combatido pelo bonapartismo dos países centrais, encontrava-se, no Brasil, internamente; era, naquela ocasião, a “ameaça comunista”. Retórica largamente utilizada quando se faz necessário lançar mão de medidas de exceção, esteve presente no discurso dos representantes militares que estiveram à frente do golpe e do governo ao longo dos 21 anos. Esses apresentavam-se, portanto, enquanto portadores dos verdadeiros desígnios da nação. Tal perspectiva que, como vimos em outro momento, foi constituída nas Forças Armadas brasileiras principalmente no pós-guerra, combina-se com a saída bonapartista em tempos de maior radicalização da luta de classes.

Retornando a Chasin (apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 55), o bonapartismo seria a resposta em “tempos de guerra” e a autocracia institucionalizada em “tempos de paz”. Os “tempos de guerra” naquela ocasião foram movimentos de massa, rurais e urbanos, estudantis e culturais... sob a bandeira das reformas. Os “tempos de paz” só vieram depois que as organizações de trabalhadores foram completamente perseguidas e massacradas, bem como as entidades estudantis, os artistas e os partidos que lutaram contra a ditadura, sejam os que escolheram a via armada, ou até mesmo aqueles que nela sequer participaram, como é o caso do PCB, perseguido desde o início do golpe, mas completamente massacrado no governo Geisel, quando já estávamos no período da abertura.

É na esteira do pensamento de Chasin que Rago³⁶ analisará também a ditadura como

³⁶ RAGO FILHO, Antonio. O ardid do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 29, n. 01, 2004.

bonapartismo³⁷. Após o golpe ele compreenderá duas tendências bonapartistas de maior expressão entre os militares, a ala “*Sorbonne*, que se identificava com o *castelismo*, [possuía] suas concepções e estratégias diretamente extraídas da Escola Superior de Guerra” e que “alegava a necessidade de, num futuro próximo, abrir uma transição pelo alto, com o ‘aperfeiçoamento das instituições democráticas’. Realizando, assim, “a passagem da forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa”, preservando os instrumentos capazes de manter a dominação dos proprietários e do capital associado sobre a classe trabalhadora. Isso tudo, é claro, após extirpar a “ameaça comunista” do país. Fator esse, inclusive, o anticomunismo, que fazia convergir a ala *Sorbonne* com dos “linha-dura”, juntamente com a defesa intransigente de um modelo societal calcado na propriedade privada (RAGO, 2004, p. 148, grifos originais).

Um fator já demonstrado anteriormente sobre uma característica conservadora da perspectiva bonapartista, e que estava presente naquele período, era sobre o papel secundário das massas na história; essa protagonizada, na verdade, pelo alto e pelos grandes homens. Tal concepção moveu fortemente o ideário golpista, que buscava colocar o Brasil nos trilhos da civilização (ocidental). Mas não somente sobre as massas proletárias tal perspectiva atuava

No que concerne aos proprietários, em que pese a defesa do princípio regente da propriedade privada na ordem social, o bonapartismo reservava um lugar próprio, pois protegia e desenvolvia seus negócios, mas também colocava certa resistência ao seu comportamento político, considerando seus interesses amesquinçados e corporativistas (Ibid., 148-9).

³⁷ “Engels, de certo modo, fornecera a chave para a compreensão desta forma particular de poder burguês, ao escrever que ‘o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna’. Numa reflexão sobre a atualização do bonapartismo, Domenico Losurdo aponta o fenômeno da militarização como ‘resultado dos explosivos conflitos políticos e sociais internos’. E, numa recorrência à crítica de Marx, registra a configuração necessária da passagem da ‘ditadura burguesa mediante a espada’ para uma ‘ditadura da espada sobre a sociedade civil’, especificando que esta forma de terrorismo explícito com ‘o aparelho militar desenvolvido pela burguesia em função antioperária termina por engolir a sociedade no seu conjunto e a própria classe dominante’. A determinação marxiana não deixa margens para dúvida, uma vez que o Executivo guindava ou fechava o Parlamento e, com isto, ‘Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores’. Mais ainda: esta força absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil pode ser considerada a ‘última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros’. Sendo assim, ‘a única forma possível de Estado em que a classe dos apropriadores pode continuar a manter sob sua influência a classe dos produtores’. Como reserva de poder, recurso alternativo aos conflitos de classe que se constitui em ‘uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última’. Se isto corresponde à lógica histórica, ‘Naturalmente, um tal governo não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores’. Em nossa particularidade histórica, respeitadas suas especificidades, engendra-se uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais necessárias à expansão do próprio capital.” (RAGO, 2004, p. 146-7)

A burocracia estatal e os representantes da ditadura também reorganizavam política e ideologicamente o capital, buscando contrapor-se aos seus interesses imediatos e “individualistas”, visando construir um *Brasil-Potência*.

Ilusão socialmente necessária, uma vez que se supunha a autonomia do país como uma economia capitalista desenvolvida, potencializada pelo empréstimo dos recursos tecnológicos e capitais estrangeiros. A ilusão residia, precisamente, na instrumentalização do capital financeiro internacional, *meio*, apenas, para a autonomização nacional. No contexto da *interdependência* e do *alinhamento* com as forças do Ocidente contra o expansionismo do comunismo soviético, com o golpe de Estado e a ruptura da linha democrática, os proprietários impunham o bonapartismo como a verdadeira religião da burguesia, instituindo e institucionalizando as “leis revolucionárias” – violência, arbítrio, terrorismo aberto – contra os “inimigos internos”, particularmente os comunistas e os setores organizados da classe trabalhadora. Os limites e as ilusões dos gestores do capital atrofico estavam, portanto, na teleologia absurda, aberrante, mas socialmente determinada, de supor o controle pelo alto da lógica do capital. Uma função estatal que, no fundo, estava reservada a propiciar as condições para a auto expansão do capital sem resolver as mazelas sociais da modernização excludente. Uma expansão capitalista associada ao imperialismo, que não levava em conta os percalços da subordinação e atrofia estrutural, à base da colaboração entre as classes sociais, visando a realizar as necessidades dos possuidores, regrada e controlada pela autocracia bonapartista. Um projeto nacional que implicava a *instrumentalização* dos capitais externos, sem se dar conta de que o inverso é que se efetivaria, acentuando-se a nossa subordinação estrutural e atrofiando-se cada vez mais intensamente a produção nacional, devido à própria internacionalização, como subsistema econômico do universo do capital. Todavia, não havia outra saída. Na pobreza, segundo a visão golberiana, os rumos pertencem ao comunismo. (Ibid, p. 149, grifos originais)

E, ainda segundo Rago, a principal diferença entre essa perspectiva com a dos “duristas” é de que naquela estava contida um porvir aos moldes dos países do ocidente, desenvolvidos e que não convergia ao daqueles últimos, isto é, “o credo ditatorial sem limites da ‘revolução permanente’” (Ibid., p. 149).

No entanto, a ditadura, na mão de ambas, aprofundou o terreno das contradições do nosso “capital atrofico e subordinado”, como denomina Rago, que se expande na mesma proporção que exclui, sendo incapaz de se desenvolver social e nacionalmente, a não ser em vistas dos seus próprios interesses; esses, é claro, profundamente vinculados aos do capital estrangeiro. Além de terem sido violentamente asfixiados, no pré-64 e durante, aos movimentos sindicais, sociais, estudantis..., isto é, a grande parcela da população brasileira, apenas os farelos do bolo fermentado durante esse processo, para lembrar a metáfora de Delfim Netto.

Por isso se faz necessário a qualificação do nosso bonapartismo, pois ele apresenta diferenças substanciais, tanto ao seu fenômeno histórico, analisado por Marx, quanto ao conceito

propriamente dito, trabalhado por outros marxistas. Se a forma de constituição e desenvolvimento capitalista no Brasil se insere num papel determinado frente à cadeia global de produção e reprodução, é preciso, portanto, considerar sua conseqüente dominação burguesa dentro dessa particularidade. Como vimos, o nosso bonapartismo também se preocupou com a ascensão e organização das massas, no entanto, sequer havíamos chegado a realizar uma revolução burguesa e, pior, nossa burguesia mostrou-se incapaz historicamente de realizá-la. Sem identificação com seu povo e congenitamente subordinada ao capital estrangeiro, a classe dominante brasileira desconhece a democracia burguesa. Essa parece ser por aqui, assim como caracterizou Losurdo, um projeto que apenas poderá ocorrer pelas mãos dos setores subalternos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso tenhamos sido suficientemente convincentes, podemos, ao fim desse trabalho, reafirmar a pertinência do conceito de bonapartismo para compreender o Brasil. Mesmo que sua origem histórica refira-se à França, suas características, assinaladas no decorrer do texto a partir de diversos autores e suas respectivas interpretações, encontram-se desde 1930, pelo menos, já reunidas por aqui. E foi isso que intentamos demonstrar ao apresentar as perspectivas tanto do clássico marxiano, quanto dos seus continuadores e como tais obras estiveram presentes em pensadores brasileiros que, à luz daquelas teorias, foram capazes de atualizá-las a partir da realidade brasileira.

A escolha do período em questão, principalmente 1930 até 1964, justificou-se por se tratar do momento de conformação da modernização brasileira, que formou e foi formado tanto pelas nossas classes dominantes e suas frações, quanto por suas relações estabelecidas com os setores subalternos, especialmente do proletariado urbano. Além de ter abrigado o processo de massificação política, seja no crescente, porém insuficiente, aumento do sufrágio, e/ou na constituição organizada dos setores populares no campo e na cidade, nos sindicatos e nos partidos, nas universidades e na cultura, etc. O massacre promovido contra esse processo pelos agentes do golpe de 1964 corrobora com a perspectiva apresentada pelo conceito de bonapartismo, principalmente no que tange à preocupação em impedir e/ou dirimir os (possíveis) efeitos disruptivos do acesso das massas à política.

Embora tenhamos nos atido até o golpe de 1964, há trabalhos recentes que visam ancorar-se no bonapartismo para compreender o Brasil contemporâneo. Anderson Deo³⁸, por exemplo, na esteira de Mazzeo, Chasin e Losurdo, buscando compreender o período de 1995 até 2006, defendeu que nesse teria sido realizada a “consolidação da social democracia no Brasil reproduz[indo] a forma particular do colonial-bonapartismo em sua variante autocrático-legalizada” (DEO, 2011, p. 55). André Singer também utilizou-se do bonapartismo em um influente livro³⁹, nesse caso, para caracterizar o lulismo a partir de 2006. Segundo ele, os governos petistas a partir de então teriam formado sua base política e social no subproletariado,

³⁸Deo, Anderson. **Social democracia e colonial-bonapartismo no Brasil: apontamentos sobre a autocracia burguesa no período 1995-2006**. Lutas Sociais, v. 25/26, p. 44-57, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115103>>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

³⁹SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

num arranjo próprio do que pode se entender como bonapartista⁴⁰.

E ao avançarmos nos anos veremos que o conceito tem sido cada vez mais utilizado, principalmente se levarmos em conta o golpe de 2016 e a vitória de Bolsonaro em 2018. Como salientamos na introdução, o presente não modifica tão somente o futuro, mas disputa invariavelmente o passado. O retorno ao governo das forças que impuseram o golpe de 1964, através de uma figura do “baixo clero”, pode fazer reacender o interesse, como parece que vem ocorrendo, do bonapartismo como chave explicativa para o Brasil. Esperamos que o abalar das sólidas (sic) estruturas que sustentavam o nosso “Estado Democrático de direito” possa ao menos servir para resgatar conceitos sólidos o suficiente para aguentar mudanças de governo e/ou manobras palacianas.

⁴⁰ Para uma crítica da tese de Singer ver: BOITO JR, Armando. **O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer.** *Crítica Marxista*, v. 37, n. First Semester, p. 173-181, 2013.

5. REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de et al. **Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo**. Doutorado. PUCSP, 2005.

_____, Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. **Verinotio–Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 17, p. 38-62, 2014.

BOITO JR. Armando. **O Golpe de 1954: A Burguesia Contra o Populismo**. Brasiliense, 2ª edição, São Paulo, 1984.

_____. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo, HUCITEC, 1991.

_____. **O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer**. **Crítica Marxista**, v. 37, n. First Semester, p. 173-181, 2013.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Niterói:[sn], 2012.

_____. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**. Mauad Editora Ltda, 2014.

_____. **A ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas**. In: *Revista Virtual Outros Tempos*, vol. 11, n.17, 2014. p. 166-182. Disponível em: <https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/333/259>. Acesso em 23 de março de 2023.

DEO, Anderson. **Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil**. Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, v. 1, p. 303-330, 2014.

_____. **Social democracia e colonial-bonapartismo no Brasil: apontamentos sobre a autocracia burguesa no período 1995-2006**. *Lutas Sociais*, v. 25/26, p. 44-57, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115103>> Acesso em 25 de agosto de 2023.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo 5ª edição, 2ª Reimpressão, 2008, Editora Globo.

GOMES, Ângela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil** in: O populismo e sua história, Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58..

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e Fordismo**. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Ed. 3ª, 1978.

IANNI, Octávio. **“Pacto Populista e Bonapartismo”** In A formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975

LÊNIN. V. I. Imperialismo, **Fase Superior do Capitalismo**. In: **Obras Escolhidas em três tomos**. Volume I. Editora Alfa-ômega, 2ª edição, São Paulo. 1982.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora UNESP, 2004.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de ‘populismo’ no Brasil**. Teoria & Sociedade, n. 10, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 1973.

MARTINS. Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____ **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

_____ **A Revolução Antes da Revolução**. Volume II. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Boitempo Editorial, 2015.

NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)**. Jundiaí/SP, Paco. 2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et al. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PINHEIRO, Milton (Ed.). **Ditadura: o que resta da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

PINHEIRO, Milton; PERICÁS, Luiz. B.; MAZZEO, Antonio. C. (Orgs.) **Neofascismo, Autocracia e Bonapartismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. 1. ed. Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro e Danilo Enrico Martuscelli. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

_____. **Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo**. Vol. II. Porto: Portucalense Editora, v. II, 1972.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)**. Editora Brasiliense, 1961.

RAGO, Antônio. **O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa**. Projeto História, São Paulo, n. 29, t. 1, pp. 139-167, 2004.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Zahar, 1961.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2a edição. SciELO-Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TEXIER, Jacques. **Democracia e revolução em Marx e Engels**, trad. Duarte Pacheco Pereira, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

TROTSKY, Leon. **Bonapartismo y fascismo**. Disponível em: <https://ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V108.htm> . Acesso em 23 março. 2023.

_____. **Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo: El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético**. Disponível em: <https://ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V203.htm> . Acesso em 23 março. 2023.

_____. **Bonapartismo, fascismo y guerra** (“Escritos y fragmentos inconclusos”). Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro6/T11V236.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

_____. **La industria nacionalizada y la administración obrera**. (Escritos: 1929-1940 - Libro 6: 1939-1940) Disponível em:

<<https://www.marxists.org/espanol/////trotsky/ceip/escritos/libro6/T10V238.htm>>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

VITULLO, Gabriel E. **Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica**. Revista de Sociologia e Política, p. 53-60, 2001.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na Política Brasileira**. 1978. Paz e Terra. SP. 5ªed, 2003.